



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

De Segurança à Letalidade: O processo de militarização da Polícia Rodoviária Federal durante o governo Bolsonaro

Bárbara Pereira Tobias

São Carlos
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

De Segurança à Letalidade: O processo de militarização da Polícia Rodoviária Federal durante o governo Bolsonaro

Bárbara Pereira Tobias

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Jacqueline Sinhoretto

São Carlos

2025

DEDICATÓRIA

Este trabalho foi de extrema importância para a minha formação enquanto socióloga, e não teria sido possível sem a influência direta ou indireta de muitas pessoas que passaram pela minha vida. Agradeço, primeiramente, à minha professora e orientadora Dra Jacqueline Sinhoretto, que esteve presente durante toda a minha formação e na qual sem ela eu não estaria onde estou hoje, obrigada por tudo que você já me proporcionou, principalmente pelo carinho e cuidado quando eu mais precisei. Obrigada pela oportunidade de ter sido sua orientanda e poder presenciar a imensidão que é tudo o que você já construiu. Também aproveito para agradecer todos os professores que já passaram pela minha vida, sem vocês minha trajetória estaria incompleta. Aos meus familiares, amigos e membros do Grupo de Estudos de Violência e Administração de Conflitos todo meu carinho e muito obrigada, seu apoio constante foi de imensa importância para mim e para prosseguir minha jornada. Por fim, agradeço ao Dr. Fabio Sanchez e o Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia por acreditarem em mim e me concederem a bolsa de iniciação científica me permitindo o desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho a minha mãe Cleide Lírio, que sempre me apoiou em todos meus momentos e me ensinou a ser a mulher que sou hoje. A minha irmã gêmea Vitória Pereira que esteve comigo em todos os momentos importantes da minha vida e foi meu porto seguro durante minha graduação. Ao meu irmão Bruno Pereira em que sinto muito orgulho e sei que posso contar sempre, ao meu avô que mesmo não estando mais aqui sinto que teria orgulho de mim e ao Mendes que me auxiliou em diversos momentos no decorrer da minha graduação. Dedico também a minha segunda mãe e tia, Elaine Codinhoto, pois sem ela eu não estaria aqui, aos meus primos João Pedro e Maria Eduarda, por fazerem a minha vida mais leve. Aos meus familiares que mesmo distantes sempre estiveram ao meu lado com seus conselhos e apoio, a vocês o meu muito obrigado. Aos meus amigos Sarah Barbosa, Cristiane Ribeiro, Mariana Barbosa, Laura Cavarçan, Leticia Alves, Adriane Vasconcelos, Lais Santos, Juliana Gonçalves, Leticia Valli e Regis Pereira obrigada por fazerem parte da minha caminhada, mesmo alguns de vocês estando distantes fisicamente, vocês foram meu abrigo. Aos meus professores da graduação, na qual sem eles nada disso seria possível, sem sua dedicação em ensinar eu não conseguiria ter formulado este trabalho e ter me formado enquanto cientista social que sou hoje. Quero dedicar este trabalho principalmente à minha orientadora, Jacqueline Sinhoretto, que esteve presente em toda a minha graduação e me apoiou durante a minha jornada nesta pesquisa, sem ela eu não conseguiria prosseguir com metade do trabalho aqui apresentado, obrigada pelo carinho e acolhimento. Gostaria de agradecer a minha banca Paris Barbosa, na qual me auxiliou em diversos momentos devido seu conhecimento da PRF, assim como os meus interlocutores que predispuseram um tempo para esclarecer minha perspectiva sobre esta instituição e me proporcionar novas realidades. Ao GEVAC, ao qual estou inserida, deixo o meu muito obrigado a todos os integrantes, vocês são muito especiais pra mim. E por fim, um agradecimento especial a Kali, Ivy, Loki, Thor, Ravi e Raja, por existirem e me mostrarem um lado diferente da vida.

Esse trabalho é o resultado de uma incrível rede de apoio que todos vocês me proporcionaram, lhes agradeço imensamente por tudo, a vocês todo o meu carinho.

RESUMO

A Polícia Rodoviária Federal faz parte das instituições de segurança pública do Brasil desde 1988 e é responsável pelo trânsito e crimes que ocorrem em rodovias federais. A ascensão da extrema direita, com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, em 2018, implicou em diversas mudanças no meio político e institucional, inclusive no campo da segurança pública. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal se torna uma das instituições afetadas por essas mudanças, gerando uma necessidade de compreensão na relação do governo com esta instituição policial. Assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender a influência dos discursos da extrema-direita durante o governo Bolsonaro (2019 – 2022) na Polícia Rodoviária Federal. Para isso, empregou-se uma metodologia de caráter qualitativo para analisar matérias jornalísticas publicadas em grandes portais, como a Folha de São Paulo, o Estadão, UOL e O Globo. Além disso, também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os policiais da Polícia Rodoviária Federal, para que não houvesse um tangenciamento através da perspectiva midiática, contribuindo para a complementação do panorama desta relação. Como conclusão, a análise dos resultados indentificou discursos ideológicos que contribuíram para a implementação de mecanismos institucionais na Polícia Rodoviária Federal que formentaram a letalidade e a violência policial, como nos casos das operações do Novo Cangaço em Varginha (2021), da Vila Cruzeiro (2022) e do assassinato de Genivaldo Santos(2022).

Palavras-chave: Polícia Rodoviária Federal; Militarização da Segurança Pública; “Bolsonarismo”; Segurança Pública; Letalidade Policial.

ABSTRACT

The Federal Highway Police has been part of Brazil's public security institutions since 1988 and is responsible for traffic and crimes occurring on federal highways. The rise of the far-right, with the election of Jair Bolsonaro as president of the Republic in 2018, led to several changes in the political and institutional environment, including in the field of public security. In this context, the Federal Highway Police became one of the institutions affected by these changes, generating a need to understand the relationship between the government and this police institution. Therefore, this research aims to comprehend the influence of far-right speeches during Bolsonaro's government (2019 – 2022) on the Federal Highway Police. To achieve this, a qualitative methodology was used to analyze journalistic articles published on major portals, such as Folha de São Paulo, Estadão, UOL, and O Globo. Furthermore, semi-structured interviews were conducted with Federal Highway Police officers to avoid a media-biased perspective, contributing to a more comprehensive view of this relationship. In conclusion, the analysis of the results identified ideological discourses that contributed to the implementation of institutional mechanisms in the Federal Highway Police that promoted police lethality, as seen in the cases of the Novo Cangaço operation in Varginha (2021), Vila Cruzeiro (2022) and the murder of Genivaldo Santos (2022).

Key-words : Federal Highway Police; Militarization of Public Security; “Bolsonarismo”; Public Security; Police Lethality

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APH - Curso de Atendimento Pré-hospitalar
BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais
CAFIT-TRÂNSITO - Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito
CCP - Curso de Cinotecnia Policial
CFMB - Curso de Motociclista Batedor
CFMT - Curso de Formação de Motociclista
CFP - Curso de Formação Policial
CGO - Curso Avançado em Gestão Operacional
CHOQUE - Curso de Operador de Controle de Distúrbios
COESP - Curso de Operações Especiais
COTEM - Curso de Operações Temáticas de Combate ao Crime
CPPAR - Curso de Piloto Policial de Aeronave de Asa Rotativa
CTCO - Curso de Combate às Infrações de Menor Potencial Ofensivo
IML - Instituto Médico Legal
MDIP- Mortes Decorrentes de Intervenção Policial
PF - Polícia Federal
PM - Polícia Militar
PRF - Polícia Rodoviária Federal
PT - Partido Trabalhista
STF - Supremo Tribunal Federal
TPCC - Técnicas Policiais de Combate ao Crime
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UniPRF - Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Notícias sobre a PRF segundo o tipo de atuação

Gráfico 2 - Notícias sobre a PRF relativas a ocorrências de trânsito

Gráfico 3 - Notícias sobre a PRF relativas a ocorrências de controle do crime

Gráfico 4 - Notícias sobre a PRF relativas a ocorrências de politização

Gráfico 5 - Mortes publicadas nas notícias relacionadas à PRF

Gráfico 6 - Mortes públicas em notícias relacionadas a PRF nas ocorrências de controle do crime

Tabela 1 - Dados sociodemográficos do entrevistados

Tabela 2- Categorias e subcategorias das Entrevistas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. MATERIAIS E MÉTODOS	11
3. DESENVOLVIMENTO E HISTÓRIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	16
4. POLITIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E O GOVERNO BOLSONARO.....	27
5. PRF E O “BOLSONARISMO”.....	32
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
7. CONCLUSÃO.....	48
BIBLIOGRAFIA.....	51

Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o impacto político das agendas bolsonaristas na Polícia Rodoviária Federal (PRF), sendo desenvolvida a partir de uma iniciação científica que foi iniciada em 2023, durando dois anos. A hipótese levantada foi de que a afinidade e a influência política entre a instituição, seus agentes e as ideologias do “bolsonarismo”¹ influenciaram a PRF a adotar discursos reacionários e punitivistas reforçando, assim, uma das bases do conservadorismo, patriotismo e moralismo dentro de uma instituição que exerce um controle social, algo possível de ser evidenciado nas práticas cotidianas e de cunho político de seus agentes.

Na sua constituição enquanto polícia, a PRF não tinha uma atuação delimitada, principalmente quando se trata de operações de combate ao crime. Sua orientação sempre esteve atrelada a atender situações criminais ocorridas em estradas, sendo de sua responsabilidade a averiguação, apreensão e punição de infratores dentro deste âmbito territorial e legal. Enquanto instituição de segurança pública, a PRF sempre teve pouca visibilidade midiática, justamente por se manter nas estradas, distantes dos centros urbanos, e de não produzir uma letalidade tão alta quanto a da Polícia Militar (PM). Ainda assim, as ações da PRF tem se mostrado cada vez mais sujeitas às vontades políticas externas à instituição, como será demonstrado nessa pesquisa, especialmente no que se refere a práticas alinhadas ideologicamente a determinados governadores e políticos federais, o que demonstra a relevância de se compreender a importância da instituição para o cenário da segurança pública nacional e para o Estado Democrático de Direito.

Por mais que a construção de campo da atuação da PRF remete à Constituição Federal de 1988, que a inclui como parte do aparato policial e institucional que compõe as forças de segurança pública estaduais e nacionais, a inserção tardia da PRF como instituição de segurança pública reconhecida pela Constituição, permitiu a imprecisão de sua área de atuação, sendo especificado apenas as estradas e rodovias, ocorrências de trânsito e crime. Portanto, os dados analisados demonstram uma mudança de foco da PRF, que deixa de valorizar sua atuação em fiscalizações e abordagens de trânsito para exaltar sua atuação no

¹Por “Bolsonarismo”, entendo o movimento como uma interpretação da influência de Jair Bolsonaro com práticas e ideias movidas pelo conservadorismo, sendo caracterizado por sua aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a aclamação da ditadura militar. Nos termos dos autores Araujo, Araujo e Baldaia (2021), Bolsonaro modificou “a velha política” para erradicar as mazelas do país, colocando o esquerdismo e o PT como principais causadores dos conflitos existentes no Brasil.

combate ao crime e ao narcotráfico. Assim, é possível observar um processo de incorporação e reforço da “estratégia militarizada de controle do crime” (Sinhoretto, 2010). A estratégia militarizada é um termo utilizado por Sinhoretto (2010), sendo uma terminologia em construção o que resulta na amplificação de sua definição. Para sua compreensão é necessária a contribuição dos termos campo e estratégia, sendo fundamentais para o entendimento dos agentes e suas ações, que se formam em um espaço social com estrutura própria de funcionamento inseridas no campo, incorporando práticas necessárias para seu desenvolvimento, entre elas a estratégia e as regras do jogo. O campo que interessa nesta pesquisa seria o campo estatal da administração de conflito (Sinhoretto, 2021), na qual as instituições de Segurança Pública estão inseridas como um todo. Assim, com ênfase nas polícias, são encontradas quatro estratégias no campo estatal de administração de conflitos, entre elas a estratégia militarizada, que serão descritas na seção “Desenvolvimento e história da Polícia Rodoviária Federal”.

A estratégia de militarização ocorre devido ao protagonismo adquirido pelo policiamento ostensivo exercido pela PM – sobretudo em relação aos modelos reativo e repressivo – que tem se desenvolvido como principal política de Segurança Pública (Sinhoretto; Lima, 2015). Por conta disso, polícias que não possuem o mesmo prestígio e recursos, financeiros e humanos, têm se apropriado desse modelo de policiamento. Essa pesquisa observou que durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, a PRF passou a realizar ações que remeteram ao policiamento ostensivo, com abordagens pautadas na suspeição (Schlittler, 2020) e com utilização de táticas “como a arma apontada para o terceiro olho” (Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2021). Além disso, a PRF passou a efetuar prisões em flagrantes e produzir um maior número de mortes durante suas intervenções².

Assim, a PRF, neste campo de disputa por legitimidade e reconhecimento, passa a ter uma perspectiva institucional vinculada ao modelo de policiamento militarizado, insuflada pela ideologia bolsonarista e conservadora de administração de conflitos³. Pois quanto mais relevância e propaganda, em periódicos convencionais e mídias digitais, sobre prisões, operações, detenções de materiais ilícitos e enfrentamentos violentos a criminosos, mais a PRF ganha destaque como instituição de Segurança Pública que defende o “cidadão de bem”.

²Para mais informações acessar:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/09/prf-se-tornou-modelo-de-policia-do-bolsonarismo.ghtml>. Acessado em: 23 de novembro de 2024

³ Para mais informações acessar: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/05/civilizacao-e-barbarie.shtml>; <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/05/de-policia-das-estradas-a-camara-de-gas-como-a-prf-passou-a-a-tuar-em-aco-es-que-terminam-em-morte.ghtml>. Acessado em: 23 de novembro de 2024

Este trabalho está dividido em seis partes. A primeira parte irá abordar a metodologia e os materiais que foram utilizados na análise, explicando a organização e sistematização dos dados. A segunda parte contará com a análise do desenvolvimento da PRF e sua história, explicando suas diferenças e particularidades em relação a outras instituições de segurança pública. A terceira parte abordará o desenvolvimento da politização da segurança pública, retomando certos acontecimentos que contextualizam as implicações da política na segurança pública e as condições que predisuseram a eleição de Bolsonaro, para que se compreenda sua influência. A quarta parte descreverá os principais dados empíricos da pesquisa, realizando uma discussão sobre a relação da PRF com o governo Bolsonaro, a partir das notícias coletadas ao decorrer desta pesquisa, gerando uma contextualização entre as notícias e discussão dos dados coletados. A quinta parte apresentará os resultados da análise das notícias através de gráficos, que gerarão uma argumentação sobre a influência do governo Bolsonaro na PRF e como ocorreu. A sexta e última parte contará com uma conclusão que demonstrar as particularidades do governo Bolsonaro que fizeram da PRF uma polícia mais letal e militarizada.

1. Materiais e Métodos

A estratégia metodológica empregada nesta pesquisa é de caráter qualitativo, pois inclui coletas de dados no ambiente do participante, seja através da etnografia, observação ou de entrevistas com do(s) sujeito(s) da pesquisa (Creswell, 2010). Os métodos acionados na pesquisa envolvem a coleta e análise de documentos, a realização de entrevistas e a análise de conteúdos digitais. O método documental é descrito por Cellard (2008) como favorável para uma análise de dados em que é possível observar a maturação e evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas. Assim, optou-se por eleger esse método com o objetivo de coletar documentos online, que ajudassem a compreender a relação entre os discursos, as práticas e as ações organizadas pela PRF durante o governo Bolsonaro. Deste modo, estabeleceu-se um recorte temporal entre os anos de 2019 a 2022. Como resultado das observações feitas sobre a aproximação entre a PRF e o Governo Bolsonaro que provocaram mudanças significativas nas estruturas da PRF e em sua atuação.

A coleta foi realizada em mídias digitais, o que provocou o direcionamento da investigação para plataformas de ‘web’. Segundo Rogers (2019), o uso de métodos que incluem ambientes digitais implica em trabalhos manuais e monitoramento ativo, para a coleta de dados ou produção de visualizações exploratórias. Já Lupton (2019) argumenta que as mídias digitais representam a descrição da vida social da sociedade, tendo uma importância na identidade e na sociedade e influenciando as perspectivas de pesquisa. Logo, as relações de poder mudam conforme vão sendo digitalizadas, trazendo um novo panorama ao campo de estudo (Lupton, 2019).

Portanto, a coleta inicial para esta base de dados foi iniciada a partir da leitura de diversas matérias jornalísticas, coletada através de um alerta de busca com palavras chaves como: “PRF” e “Polícia Rodoviária Federal”. Além disso, foi realizada a leitura de notícias em portais como Folha de São Paulo, Estadão, O Globo e UOL⁴, com a intenção de coletar informações a serem organizadas no “Google Planilhas” contendo o endereço eletrônico, localização, descrição da notícia, número de presos, número de mortos, tipos de crimes, data da ocorrência, informações sobre o suspeito, qual instituição agiu (PRF, PM, Polícia Civil ou

⁴ A plataforma de notícias UOL foi utilizada com o objetivo de obter informações de diversos outros periódicos, já que ela adquire informações de portais de menor âmbito, evidenciando particularidades regionais que se estendem em todo o território brasileiro. Esses conteúdos geralmente não fazem parte do escopo de veículos de imprensa com vultuosos recursos, como é o caso da Folha de São Paulo.

outra), motivação da prisão, se a notícia teve atualização, para onde foram encaminhados o(s) suspeito(s) e no caso de óbito, se foi realizada um detalhamento das informações.

Após essa coleta, o banco de notícias referente aos quatro anos de Governo Bolsonaro, na qual foram lidas 1.500 notícias, foi organizado em três principais grupos, sendo eles: “trânsito”, “crime” e “politização”. O grupo “trânsito” buscou compreender e estruturar a atuação da PRF em seu principal campo de ação, sendo as estradas e rodovias. Já o grupo “crime” englobou notícias sobre o exercício da PRF em relação à criminalidade presente nas rodovias e estradas, como em casos de descaminho e contrabando, tendo uma mudança ao se aproximar do narcotráfico. Por fim, o grupo “politização” teve como objetivo compreender como a política nacional apareceu nas notícias como sendo um fator de influência na atuação da PRF ao longo dos anos de mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dados foram analisados a partir destas categorias sendo visualmente transformados em gráficos que serão analisados no tópico “Resultados e discussão”.

Para que não se desenvolvesse uma lacuna nesta pesquisa e um tangenciamento de perspectivas, foram realizadas entrevistas com policiais em relação a este recorte temporal. A perspectiva dos agentes da PRF auxilia na compreensão de aspectos que não seriam possíveis apenas com a coleta de dados nas notícias e na bibliografia. O contato com os policiais foi iniciado a partir de um trabalho realizado pela minha orientadora, Dra. Jacqueline Sinhoretto, durante o governo de transição, abrindo o campo para novos contatos através do método bola de neve, em que consiste recomendações de colegas por aqueles que já foram entrevistados. Assim, o roteiro de entrevista foi formulado como semi-estruturado para que se desse liberdade ao entrevistador para acrescentar novos questionamentos e ao entrevistado ter uma liberdade em suas respostas. O roteiro contou com tópicos que abordam dados sociodemográficos; trajetória dos policiais para compreender o seu percurso na instituição; função e cargo para esclarecer as funções existentes na PRF; interações e relações da PRF e com o público auxiliando na análise feita a partir das abordagens encontradas nas notícias; e PRF no governo Bolsonaro, para entender a perspectiva dos policiais em relação a este período.

Foram realizadas quatro entrevistas pelo Google Meet, já que os policiais estavam em diferentes localizações devido ao seu trabalho na PRF, sendo gravadas pelas ferramentas existentes no próprio aplicativo. Após serem gravadas, as entrevistas que tinham em média 1 hora e 30 minutos passaram a ser transcritas descaracterizando o policial entrevistado, lhe

atribuindo o anonimato, substituindo seus nomes por nomes de personagens de filmes de terror, para seguir a ética necessária para esta linha de pesquisa. A transcrição foi seguida da coleta de dados sociodemográficos em uma planilha, no Google Planilhas, preenchendo as seguintes categorias: nome do entrevistado, apelido referente a sua descaracterização, entrevistador auxiliar, *status*, data da entrevista, duração, idade do policial, gênero, raça/cor, escolaridade, tempo de corporação, área em que atua, ano em que entrou na PRF e distinção de trabalho entre “operativo” e “administrativo”, apresentada na tabela **abaixo**

Tabela 1 - Dados sociodemográficos do entrevistados

Apelidos	Idade	Gênero	Raça	Escolaridade	Tempo de corporação
Ash	51 anos	Cis genero, masculino	Pardo	Superior	21 anos
Norman	40 anos	Masculino	Branco	Superior	17 anos
Jack	41 anos	Maculino	Branco	Superior	10 anos
Steve	50 anos	Masculino	Branco	Mestrado	22 anos

Fonte: Elaboração própria

Após coletadas e sistematizadas dessas informações, foram criadas categorias para as perguntas realizadas em cada entrevista, sendo necessário classificar as perguntas acrescentadas pelos entrevistadores. Assim, as categorias colocadas na planilha, além das já citadas, incluíram: diferença geracional, recursos técnicos, redes sociais e tecnologias, influência do governo na PRF, LGBTQIA +, saúde mental, controle externo, localização, formação e manifestações.

Seguida da sistematização dos dados e perguntas, foram sistematizadas as respostas em um arquivo no Google Documentos em que as respostas eram organizadas por categorias semelhantes, assim como as perguntas, criando um conjunto de trechos de respostas de cada entrevistado. As categorias encontradas na sistematização das perguntas das entrevistas realizadas estão apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 2- Categorias e subcategorias das Entrevistas

Categorias	Subcategorias
Trajetória pessoal do policial	-

Escolha pela PRF	-
Formação	Cursos
	Instrutores
	Cursos externos
Trabalho operacional/administrativo	Adaptações ao novo cargo
	Objetivos Profissionais
	Carreira Única
	Efetivo e equipes especializadas
Adaptação ao trabalho	-
Saúde Mental	-
Identificação com a polícia	-
Mudanças nas relações pessoais	-
Visão de Mundo	-
Percepção da PRF	-
Inteligência	-
Cuidados e direitos	Demandas
	Metas
	Abordagens
	Diferenças de abordagens
	Faro e suspeição
	Função
	Técnicas
	Tecnologias
Relações	PRF com cidadão
	Interna
	Outras instituições
Política na PRF	Posicionamento político
Representações policiais	-
Mudanças governo Bolsonaro	Mudança de discurso
	Mudança de rotina
	Influência do Estado
	Protagonismo na PRF
	Militarização

	Mudanças na portaria
	Influências do diretor geral
	Abuso de força
	Operação eleição segundo turno
	Atos pós eleição
Influências do governo Bolsonaro	-
PRF hoje	-
Diferentes abordagens em manifestações	-
Contribuições de estudos acadêmicos para a instituição	-
Movimentos dentro da polícia	-

Fonte: Elaboração própria

Após esta sistematização, foi realizada a releitura das respostas que tinham temas em comum para que se implementasse ao decorrer do texto, sendo grifadas passagens categorizadas como exemplificadora, relevante e citação, contribuindo para a sua formulação no decorrer deste trabalho. As entrevistas se tornam presentes ao decorrer do texto apresentado, justamente por contribuir com as teorias ou exemplificá-las, trazendo citações e suas perspectivas comparadas a teorias presentes na sociologia da violência e segurança pública.

2. Desenvolvimento e história da Polícia Rodoviária Federal

Recordando Monjardet (2003), há três principais dimensões da polícia: a institucional, organizacional e profissional. A primeira seria evidenciada a partir da autoridade e dos interesses coletivos; a segunda seria por meio dos mecanismos burocráticos e informais; a terceira criaria o interesse profissional e a cultura policial. Cada uma dessas diretrizes influencia na formação da polícia enquanto instituição, mas também de sua percepção ao social, podendo ser implementada de diferentes formas. Desse modo, a maneira que um país aborda a segurança pública determina o tipo de policiamento e os modelos a serem implementados (Bayley, 2001). No caso brasileiro, percebe-se que o policiamento é direcionado a áreas deterioradas e influenciada por estereótipos sociais e experiências de campo (Bittner, 2003) assim como diversos estudos sobre o policiamento ostensivo, exercido pela PM, demonstraram⁵. Nas polícias do Brasil, incluindo a PRF, existem mais de uma forma de atuação, o que permite dimensões distintas sobre o que se espera que um policial faça, sobre qual é a função da polícia (Muniz, 2014), sobre como equacionar relações de poder, tendo as ações policiais legitimidade reconhecida pelo Estado e a naturalização da violência por parte da sociedade civil e pelas próprias instituições policiais (Coutinho, 2015).

A história da criação da PRF remete ao ano de 1928, quando surge a Polícia das Estradas, que tem como objetivo básico, no período de sua constituição, a fiscalização de estradas e automóveis. Em 1945, a Polícia das Estradas passa a ser denominada de Polícia Rodoviária Federal, mas é somente em 1974 que há alterações em suas atribuições. Ao atrelar sua jurisdição ao Departamento Nacional das Estradas e Rodagens há uma ampliação de suas ações, que institui uma Divisão de Trânsito e uma Divisão de Polícia Rodoviária Federal. Ainda assim, a PRF só passou a ser vista enquanto instituição de segurança pública em 1988, quando, a partir da nova constituição, foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública. Já em 1991, a PRF passa a ser instituída na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, sendo introduzida como Departamento da Polícia Rodoviária Federal.

O reconhecimento da PRF enquanto instituição de segurança pública a torna diferente das outras polícias. Isso porque, a PRF responde a União, o Presidente da República e ao Ministério da Justiça, e não aos governos dos estados como ocorre nos casos das polícias

⁵ As referências sobre esse tema não poderão ser evidenciadas neste trabalho devido a limitação de páginas, contudo é importante mencionar a literatura mobilizada que está vinculada ao Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC). Silvestre, 2018; Schlittler, 2020; Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2021, Sinhoretto; Cedro; Macedo, 2022; Macedo, 2023; Cedro. 2024.

militares e civis. A PRF está presente em todo o território brasileiro e, por vezes, é a única representante do Poder Público em certas regiões do território nacional. Desta forma, em locais afastados, a PRF serve como principal elo entre o Governo Federal e a sociedade civil brasileira, desenvolvendo autoridade que por vezes vai além das suas atribuições.

O seu processo de ingresso é constituído por um concurso público em que se exige uma qualificação mínima, a conclusão do ensino superior. Assim, os aprovados passam a ter aulas do Curso de Formação Policial (CFP) na Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF), localizada em Florianópolis, Santa Catarina, na qual são instruídos no decorrer de 5 meses. Nesses meses os agentes em formação participam de cursos como: CGO - Curso Avançado em Gestão Operacional; COTEM - Curso de Operações Temáticas de Combate ao Crime; CTCO - Curso de Combate às Infrações de Menor Potencial Ofensivo; COESP - Curso de Operações Especiais; TPCC - Técnicas Policiais de Combate ao Crime; CFMT - Curso de Formação de Motociclista; CFMB - Curso de Motociclista Batedor; CCP - Curso de Cinotecnia Policial; CHOQUE - Curso de Operador de Controle de Distúrbios; CPPAR - Curso de Piloto Policial de Aeronave de Asa Rotativa; CAFIT-TRÂNSITO - Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito; APH - Curso de Atendimento Pré-hospitalar⁶.

Enquanto profissão, esta qualificação é necessária para que o futuro policial detenha conhecimento sobre a jurisdição, delimitando sua área de atuação. A sua formação interna também difere de outras polícias, por ser uma instituição de carreira única tendo uma hierarquização mínima, ou seja, sua cadeia de comando está relacionada basicamente a função dos agentes, entre operacionais e administrativos, e acima deles, está a superintendência de cada repartição seguida pelo diretor geral da PRF. As divergências de relações de poder interno estão relacionadas a implementação de cargos que não são prolongados por tempo indeterminado, pelo contrário, são ocupações rotativas. Isso significa que qualquer policial pode se tornar supervisor como também pode vir a ser novamente um supervisionado. Segundo os entrevistados, esta ausência de hierarquização cria uma dinâmica que se desenvolve apenas na PRF, sendo exercida a chefia mas não de modo autoritário como exemplifica o entrevistado Norman: “ eu acho no geral a relação e essa possibilidade de hoje eu estar ocupando uma função, e amanhã não estar mais, ela também, meio que até exige uma forma de gestão é um pouco menos rígida sob o ponto de vista hierárquico” .

⁶ Para mais informações acessar: <https://www.gov.br/prf/pt-br/uniprf>. Acessado em: 26 de agosto de 2024

A formação e a socialização dos policiais são intrinsecamente apresentadas em suas atuações de campo, assim como apontado pela autora Paula Poncioni (2014), que debate sobre o tema e enfatiza que a formação do policial se inicia nas academias policiais, sendo passados, conhecimentos e práticas necessárias para sua formação. A formação policial se torna relevante por adentrar o campo do saber como também perpassa por valores existentes na profissão, criando uma identificação entre os policiais. França e Silva (2022) discutem como o ambiente da PM se torna uma caserna simbólica devido ao seus rituais, que influenciam na formação do policial e de sua identidade, sendo algo que ocorre em outras polícias devido ao condicionamento de seus corpos e mentes criando performances, mesmo que não tendo a influência tão forte em sua formação da questão militar, como na PRF. É comum nas academias policiais que se tenha rituais de sofrimento corporais que são utilizados como forma de punição, para a disciplinarização do corpo moldando as condições necessárias para se tornar policial.

Os aspectos que são passados nas academias auxiliam na perpetuação de um *ethos* de violência e controle, remetendo aos modelos anteriores que valorizam a masculinidade e virilidade. Esses saberes passam a ser identificados como manifestações inconscientes do comportamento nativo atribuindo significados para sua representação de mundo (França; Silva, 2022), podendo ser identificado nas ações de grupos que implementam uma identidade, neste caso a polícia. A cultura só se torna acessível quando se compreende seus signos, significados e rituais, permitindo adentrar a perspectiva de tal comunidade compreendendo suas representações simbólicas (França; Silva, 2022).

A formação das academias policiais e do seu condicionamento físico e psíquico imposto pode ser considerado um ritual de passagem para que se torne parte da cultura policial e consiga internalizar a identidade da profissão ao exercê-la. Muitas vezes o conhecimento proporcionado nas academias criam lacunas da realidade do campo de atuação dos policiais, principalmente na PRF, existindo a relação de policiais com mais tempo de corporação que passam a auxiliar os recém chegados, criando uma repetição de conduta. Os policiais são entregues ao empirismo das práticas, em que são muitas vezes designados aos policiais mais velhos para que aprendam as técnicas necessárias para ser um policial, por existir uma defasagem dessas técnicas pela lacuna entre realidade e ensino disposto aos policiais (Muniz; Proença, 2007). O entrevistado Jack explica que muitas vezes o que aprendem na academia é ensinado em uma realidade utópica, e

you learn a lot in the academy, and it's not like in most places when someone from the training course comes to work he is escalated with the most

antigo, para ir moldando, dando os "bisus" (gesto de aspas) de como se trabalha realmente na pista

Por sua posição de poder e autoridade, ao questionar teoricamente aquilo que os policiais validam enquanto fatos faz com que coloquem em voga esta atuação enquanto argumentos de autoridades, que seriam superiores a pressuposições científicas e teóricas. O conhecimento da realidade seria conferido apenas a quem atua na área, indo de encontro às teorias e propagandas ideológicas, como é vista pelos policiais (Barbosa, 2021).

Além disso, se nota a ausência da implementação de disciplinas que debatam de forma mais adequada temas como Direitos Humanos e desigualdades raciais. Esses conteúdos já fizeram parte da grade dos agentes da PRF até o ano de 2021, mas foram retiradas com a justificativa de já serem temas atravessados em outros cursos presentes da formação⁷. A ausência de aulas que apresentem os direitos civis e sua implementação na abordagem é notada a partir de operações que ganham notoriedade por sua letalidade como a Operação do Novo Cangaço e da Vila Cruzeiro, especialmente o assassinato de Genivaldo Santos, em que houve uma série de direitos infringidos. Esses casos serão melhor desenvolvidos no capítulo quatro “PRF e o Bolsonarismo”, entretanto sua justificativa seria o despreparo, que na verdade é reconhecido como “um preparo informado por valores e ideologias diferentes daqueles que informam explicitamente o nosso julgamento” (Kant de Lima, 2021. pg 98), e ao relacioná-lo à má formação, sendo a solução a implementação de matérias que discutam direitos civis e entre outros tópicos não seria o suficiente para modificar os valores culturais presentes nas instituições policiais. Barbosa (2021) propõe que a PRF tem se tornado cada vez mais anti cientista por se basear em questões como senso comum em relação à segurança pública, disputando conhecimento dentro e fora da instituição, conseqüentemente casos como o assassinato de Genivaldo seriam menos isolados.

Relacionado a implementação de disciplinas e as condutas que elas evidenciam, a frequência de cursos externos na PRF também torna devida relevância para a pesquisa. O entrevistado Ash discute sobre como a PRF se torna colonizada ao frequentar cursos externos, muitas vezes proporcionado pela PM, sendo eles os cursos de caveiras. Segundo ele, o policiamento encontrado no Rio de Janeiro, principalmente formados por esses cursos, reproduzem mecanismos de violência e punição. Outro condicionamento encontrado dentro da PM seriam os ritos de punições como a pagação, ela é vista enquanto status social dentro

⁷ Para mais informações acessar:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/procuradoria-pede-que-justica-mantenha-curso-de-direitos-humanos-da-policia-rodoviaria-federal.shtml> Acessado em: 23 de julho de 2024

da instituição, representando força e virilidade, os machucados que ela pode causar representam o se tornar policiais, sendo comparada a marcas de combate, não sendo apenas uma atividade física e sim a formação da solidariedade grupal (França; Silva, 2022). A pagação pode adquirir duas formas de reforço, a positiva em que demonstra honra e virilidade e a negativa que é apresentada como punição física de indisciplina do indivíduo (França; Silva, 2022). Ao realizar as flexões, assim como muitos exercícios dentro de demais policiais de matriz militar, passam a ter sincronizado os seus corpos, dado que a maioria das ações são feitas em coletividade, sincronizando não apenas seus corpos, mas também seus pensamentos e ações. O policiamento que existe dentro da PM é considerado uma das instituições que têm resultados, gerando sua migração para outras policiais, criando uma propensão a militarização de suas condutas e da amplificação do ethos da violência já existente nas instituições de segurança pública.

Assim, a PRF é uma polícia com dois grandes eixos; o primeiro tem por objetivo realizar o trabalho de fiscalização de veículos, atendimento a acidentes e auxílio em escolta de autoridades e; o segundo visa o combate a todos os tipos de crimes que podem ocorrer nas rodovias federais ou em suas margens (Coutinho, 2015). Essa fragmentação, sobre o que a PRF deve fazer, entre suas funções de amparo e uma perspectiva de ampliação do campo de atividade de investigações e combates a todo tipo de crime, é resultado da falta de orientação clara do campo em que atua, sendo comum a todas instituições policiais. O poder da polícia não é esclarecido pelos artigos e leis, se tornam abstratos como no o artigo 144 da constituição e o artigo 78 do código tributário de 1966, em que demonstram que a força policial pode ser utilizada se for em “razão do interesse público”, se tornando abrangente. A demanda pela segurança pública é crescente o que torna os mandatos policiais um cheque em branco, em que eles podem exercer o monopólio da violência da maneira que melhor acharem adequado (Muniz; Proença, 2007). Como apontado por Coutinho (2015), a consequência de não ter uma diretriz bem determinada, sobretudo na prática, resulta em operações que acontecem de forma aleatória, ao comando das eventuais demandas ou ocorrências de grande visibilidade que necessitam da atuação policial.

Por serem uma polícia das rodovias, a PRF tem sua área de atuação, em determinados casos, afastada dos grandes centros, o que muitas vezes pode sobrecarregar o exercício das ações dos policiais que atuam nos postos. O órgão é dividido ideologicamente por dois grupos, um que acredita que a PRF é responsável pela atuação das estradas, tendo seu

controle e organização, e outros que acreditam que sua atuação deveria ser ampliada para áreas que outras polícias atuam, sobretudo, na demanda criminal. Os policiais entrevistados afirmam que a principal demanda da PRF é a segurança viária, entretanto, a polícia muitas vezes é a única conexão da população com o Estado, tendo que suprir outras demandas existentes. Essa pesquisa observou que nesse processo há uma desvalorização das atividades de fiscalização de estradas e valorização das operações de combate ao crime, com foco no narcotráfico. Deste modo, a PRF, ao priorizar a demanda criminal, se aproxima da estratégia militarizada de policiamento (Sinhoretto, 2010).

Para compreender a estratégia militarizada é necessário retomar os conceitos de campo (Bourdieu, 1989), estratégia (Bourdieu, 2004; Luiz, 2020; Castro, 2004) e agência. O campo é formado enquanto espaço social estruturado por práticas de estratificação, criando relações de força que desenvolvem lutas (Sinhoretto, 2010). Nesse sentido, o campo estatal de administração de conflitos é formado a partir do controle de disputas que ocorrem em uma sociedade hierarquizada, produzindo atrito entre as relações, passando a serem mediadas por instituições policiais que são conduzidas por uma cultura jurídica particular (Kant de Lima, 2021), levando ao tratamento legal desigualitário. Assim, o campo passa a ser atravessado pela influência foucaultiana que forma um objeto que auxilia na compreensão da existência de saberes, corporações e instituições que competem em uma lógica autônoma, mas também dos rituais que ocorrem na administração de conflitos que também competem entre si (Sinhoretto, 2010).

O campo de Bourdieu (1989) se condiciona a partir do habitus, que consiste na consciência da entrada de campo, que permite a percepção de pertencimento àqueles espaços sociais. Para isso, a capacidade de ação própria dos autores se torna relevante para sua contribuição ao campo, o sujeito se torna subjetivo a ação, agindo de acordo com suas tipificações que são submetidos, resgatando sua subjetividade (Arboleya, 2013). Os agentes se tornam determinantes na ação social, que influencia nas implicações das regras do jogo que coexistem no campo, assim como suas estratégias. Por o campo consistir em um espaço de disputas, as estratégias levam a compreensão das agências e ações dos indivíduos que seguem as regras predispostas no campo justificando suas escolhas. Para Bourdieu (2004) a estratégia é um produto do senso prático, que ocorre no decorrer da vida do sujeito, sendo guiada pelo sentido do jogo, se torna parte do inconsciente que leva uma ação sem agente. Para Foucault (Luiz, 2020; Castro, 2004) a estratégia se volta ao poder e aos belicosos,

estando relacionados a meios com finalidades de enfrentamento, correlações de forças, racionalidade, dispositivos de poder e movimentos do jogo.

As formas de controle no campo estatal que busca administrar o conflito no Brasil requer certas instituições e atores, mas não depende somente deles. No campo de controle do crime, Sinhoretto (2021) identifica quatro estratégias: a militarizada-inquisitorial, a clássica, a da prevenção e das alternativas penais e ao penal. O campo do controle do crime tem sua estruturação e dinâmicas possíveis de serem observadas, tendo diversos impactos na subjetividade e nos domínios e mecanismos, assim como os autores que também passam a ser influenciados (Sinhoretto, 2021). Adentrando a principal estratégia abordada nesta pesquisa, a militarização exige um comportamento de policiamento ostensivo, sendo necessária a abordagem de certas pessoas que indicam certos estereótipos. Este tipo de controle entende o trabalho quando se utiliza da arma de fogo, abordando suspeitos e realizando prisões principalmente em flagrante, a letalidade se torna ossos do ofício, sendo naturalizada neste campo (Sinhoretto, 2021). Quando adentram outras áreas que não determinam este policiamento militarizado é considerado uma questão não relevante e ressentida, já que sua principal função seria neutralizar suspeitos, como aborda Sinhoretto (2021).

A estratégia militarizada está predisposta a PM, estando explícita em seu nome que utiliza da estratégia militar, entretanto outras polícias têm adentrado este campo, sendo uma delas a PRF. A distinção da PM e de outras polícias se torna a implementação ou não da militarização, já que para PM é uma condição, enquanto para outras polícias pode ser uma implicação. Como demonstrado pelo entrevistado Jack que relata sua ausência na participação das operações de segundo turno em 2022, apesar de ser um policial operacional na época do ocorrido, ele explica que este tipo de operação se torna voluntária para fazer uma espécie de hora extra. Durante as outras entrevistas não foram encontradas outras respostas ou informações semelhantes a esta, existindo uma lacuna de conhecimento em relação se estende a todas operações ou apenas as das eleições e feriados.

Assim, a PRF, neste campo de disputa por legitimidade e reconhecimento, passa a ter uma perspectiva institucional vinculada à estratégia militarizada de controle do crime, adotando um modelo de policiamento que busca elementos de identidade, formação e estilo de operação vinculado à PM e insuflado pela ideologia da extrema direita e conservadora na administração de conflitos. Este policiamento passa a ser reforçado na PRF pelas compras de

caveirões e equipamentos geralmente não utilizados pela PRF, como visto nas entrevistas, perpetuavam um ambiente militarizado. O policial identificado como Ash nas entrevistas explica que os artefatos técnicos comprados não são neutros,

Eles vão modificar a forma de você trabalhar e a forma de você pensar, e agora tem as bodycam, que é um artefato técnico, que vai filmar as abordagens, que tem que vir coisas, elas vão modificar, isso não é neutro, ela vai modificar. Então essa discussão técnica, da compra dos caveirões, da compra do armamento, da compra da Glock.

O policial identificado na pesquisa como Norman também explica como essas compras afetam a PRF, “E em contrapartida nós tivemos compras, que inclusive foram bastante questionadas na mídia depois, de caveirões, de retro escavadeira blindada, caminhão blindado, para atuação no Rio de Janeiro nessas áreas conflagradas”. As compras se tornam comum para áreas como no Rio de Janeiro, que tem diversas operações, entretanto estas operações, segundo Norman, estariam acontecendo fora das estradas, devido à atuação da PRF com as portarias 739/19⁸ e na 42/2021⁹ que permitia sua atuação em operações em conjunto e fora das estradas. Com esta ampliação de poder se forma uma interiorização de combate ao crime, já que atrelado a ele se encontra o reconhecimento enquanto instituição policial (Barbosa, 2021). O policial identificado como Steve apresenta uma diferente perspectiva sobre as compras, segundo ele “tem uma virada de chave, porque eles também compraram o caveirão, eles também compraram esses equipamentos, chegaram a comprar capacete, para você ter uma ideia”. Esta virada de chave seria a exemplificação do distanciamento de equipamentos que a PRF usa em seu cotidiano como viaturas e radares para equipamentos mais utilizados por outras polícias, como a PM.

A mudança na política criminal, que se torna mais punitivista a partir do alinhamento à estratégia militarizada, aproxima o policiamento das práticas como o aumento da severidade de penas, criminalização de comportamento, uso de tecnologias de vigilância e policiamento agressivo. Esse é um efeito semelhante ao provocado pelo policiamento de “tolerância zero” descrito por Garland (2008) como uma função de punir e oprimir,

⁸ Nesta portaria estabelece diretrizes que ampliaram a atuação da PRF para operações conjuntas nas rodovias federais, estradas federais e áreas de interesse da união, podendo ter natureza ostensiva, investigativa ou de inteligência. Para mais informações acessar: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-739-de-3-de-outubro-de-2019-220480791>. Acessado em: 01/08/2024.

⁹ A portaria 42/2021 estabelece diretrizes para que a PRF atue em operações conjuntas sem restrições de território, sendo anulada a portaria 739/19. Para mais informações acesse: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2690/2/PRT_GM_2021_42.html. Acessado em: 01 de agosto de 2024.

desconsiderando a reintegração social, criando uma sociedade do controle, que retoma a administração de conflito enquanto a presença de uma ameaça constante, ou seja, levando a atuações que buscam a prisão e a letalidade enquanto solução.

Neste sentido, Harcourt (2018), afirma que essa similaridade de ações militares são geradas por uma constante pressão interna, em que o cidadão passa a se tornar inimigo gerando um controle e policiamento mais ostensivo, por se aproximar das táticas utilizadas em guerra. A partir de discursos políticos, essa pressão interna aumenta, assim como os inimigos. Criam-se condições para que esse estado de conflagração permaneça, por exemplo, a “guerra às drogas” e ao “terror”, criando aceitação ao estado de vigilância constante. O autor também utiliza do conceito de contrarrevolução, em que o estado não realiza políticas sociais contra esta “formação militarizada” perpetuando-a assim a repressão e a vigilância. Como foi observado nesta pesquisa, a PRF passa por este distanciamento de sua função para se tornar mais ostensiva, sendo fortificada pelos discursos que ampliam o estado de guerra que gera intervenções antidemocráticas como ocorreu nas eleições de segundo turno de 2022.

Esta perspectiva gera desconfiança populacional, não apenas pela alta letalidade, mas também pelas denúncias de corrupção internas e abuso de poder, criando mercadorias políticas (Misse, 2010). Assim, a construção da verdade jurídica controla as autoridades públicas e ações policiais, sendo levado por dois modelos, um que implementa a igualdade perante a lei e o segundo que se baseia na desigualdade (Kant de Lima, 2014). Desta maneira, há uma contribuição significativa relativa ao caráter repressivo da atuação policial na perpetuação destas desigualdades.

A concepção de uma democracia disjuntiva, levando em consideração a formação e implementação de direitos no Brasil, faz com que se tornem supérfluos, podendo ser aplicados em um regime e retirados em outro (Caldeira, 2010), como ocorreu nos 21 anos de ditadura. Segundo Caldeira (2010), o corpo é concebido enquanto locus de punição, justiça e exemplo, sendo o principal meio de exercer a autoridade, através da inflicção de dor, legitimando outras intervenções nos corpos. Um de seus efeitos é a perpetuação de corpos incircunscritos (Caldeira, 2000), que com a ausência de barreiras claras, não estão protegidos por uma política de proteção aos direitos individuais e garantias fundamentais, estando aberto a intervenções e manipulações, sendo uma possível classificação a sociedade brasileira que segue uma dinâmica piramidal de direitos.

Assim, a compreensão de segurança pública muda conforme a presença dos corpos incircunscritos. Lima e Costa (2014) compreendem a segurança pública a partir da administração e implementação da ordem e de conflitos, atravessados pelas condições econômicas, políticas e sociais. Enquanto um campo formado por grupos organizacionais, a segurança não é diretamente vinculada à justiça criminal, por outro lado, não se restringe apenas a uma organização policial. Estes impositores de lei seriam classificados enquanto os agentes policiais, que são atravessados pelo senso comum social, assim como suas morais e valores que levam a esta diferenciação de indivíduos (Barbosa, 2021). A constituição de 1988 determina novas funções à segurança pública, abandonando sua vinculação à segurança nacional, seu foco passou a ser fornecer condições para que o estado mantenha a democracia através da manutenção da justiça e direitos a todos. A Constituição não determina de fato quais seriam realmente as funções das instituições e organizações que constituem a segurança pública, determina apenas que devem garantir direitos, ordem e tranquilidade. Assim, existe a vontade de instituições internacionais que querem implementar uma segurança cidadã, na América Latina, que levaria em consideração os aspectos democráticos de transparência e controle da sociedade em relação ao estado. Nesse processo, torna-se necessário a distinção de organização e instituição, a organização implementa a vontade social que é atravessada pelo contexto político, econômico e social, e muitas vezes sua implementação é institucionalizada; já a instituição é formada por práticas sociais e costumes que já existem há muito tempo naquela instituição, se desprendendo das vontades sociais. Portanto, os valores e práticas sociais, presentes nas instituições, se diferenciam da construção de vontade social das organizações, conseqüentemente a implementação da Segurança Cidadã, baseada na Constituição de 1988, foi uma influência que não se consolidou plenamente justamente pela perpetuação de práticas e valores inerentes às instituições.

A PRF se encontra nesse dilema devido ao desenvolvimento, ao longo dos anos, de uma cultura policial pautada por valores punitivistas e militarizados, ainda que as regras da organização prevejam valores distintos. A formação das academias policiais e do seu condicionamento físico e psíquico imposto pode ser considerado um ritual de passagem para que se torne parte da cultura policial e consiga internalizar a identidade da profissão ao exercê-la (França; Silva, 2022). Como descrito por Poncioni (2014), a cultura policial é baseada no corporativismo encontrado nestas instituições, em que existe uma proteção entre policiais em relação a suas ações, formado pela identificação da profissão. A construção desta identidade, em conjunto com a representação da polícia brasileira ao longo da história,

concebeu um sentimento de desconfiança em relação à sua atuação, por parte da população brasileira, aquela composta por descendentes de escravos que tiveram o reconhecimento tardio de sua cidadania. Esta conjuntura e tradição do fazer policiamento, passa a ser cada vez mais aderida na PRF, especialmente quando se observam discursos que justificam tratamento desigual entre corpos a partir dos estereótipos. Logo, esta validação e a mudança de foco da PRF, da infração de trânsito para o crime, mostra este processo de militarização de uma polícia, que era pouco evidenciada midiaticamente, para uma que produz grandes operações, em conjunto com outras polícias, abandonando sua circunscrição a estradas e rodovias, expandindo sua atuação em favelas e comunidades de forma violenta.

3. Politização da Segurança Pública e o Governo Bolsonaro

A construção do Brasil enquanto país e nação ocorreram de forma divergente da realidade europeia, sendo efetuada a partir da colonização e da violência. Parte de um princípio de hierarquização de indivíduos, em que a elite é considerada parte do social enquanto os escravos e outras minorias são identificados enquanto não social. Segundo Fernandes (2006), os níveis de exploração, privilégio para minoria e miséria para maioria, opressão e exclusão de direitos, não permite aos países latino-americanos a oportunidade de integração dos “marginalizados”, estabilidade, ordem social estável na sociedade de classes. Este desenvolvimento produz uma forte ascensão do conservadorismo e, posteriormente, do liberalismo, a partir de valores e morais baseadas em uma tradição colonial. Devido à inferiorização dos povos conquistados, como colocado por Quijano (2008), a identidade dominante se baseia no eurocentrismo, tanto em desenvolvimento social quanto cultural, sendo a base moralista e tradicionalista.

É nesse desenvolvimento social e político que o policiamento tem um significativo papel no processo marginalização, discriminação racial e manutenção das desigualdades (Cedro, 2024). Isso ocorre porque os processos não são de ruptura, mas de continuidade, já que, assim como a formação da República, a redemocratização foi condicionada. Resquícios de um passado ditatorial se fazem presentes, sobretudo, no campo da segurança pública permitindo que a polícia, originada na colônia e militarizada durante todo o processo histórico brasileiro, ainda exista no regime democrático. A democracia possui dificuldade de consolidação devido ao contexto histórico social de dominação e exploração ideológica, em que o negro estaria fadado ao estereótipo de inferioridade (Segato, 2012).

Nestas condições, a implementação de uma cidadania, que consistiria em garantir direitos e deveres aos indivíduos, em ondas de inclusão progressivas, se torna conflituosa. Vale a pena recordar que a cidadania passa a ser expandida a partir da Era Vargas, em que os cidadãos são aqueles que realizam uma profissão, sendo os outros indivíduos classificados como vadios¹⁰ e sem ‘*status*’ de cidadania (Costa, 2004). Como descrito por Damatta (1977), é através desta segregação inicial, que a cidadania se desenvolve no Brasil, sendo envolvida

¹⁰ A vadiagem foi introduzida enquanto uma contravenção na década de 40, tendo a lei da vadiagem. Esta lei tinha o intuito de criminalizar todas as pessoas que poderiam estar trabalhando, mas se encontravam em estado de ócio. Para mais informações acesse: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=259660&filename=LegislacaoCitada%20PL%204668/2004#:~:text=%2D%20Vadiagem%20Art.Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acessado em: 01 de agosto de 2024.

por uma noção piramidal, ou seja, compreendida enquanto privilégio, levando a divisão dos direitos civis como benefícios relegados a apenas uma parcela da sociedade (Pinheiro, 1991). Para Kant de Lima (2021), o modelo de sociedade piramidal compreende a participação de espaços públicos como uma competição, já que os direitos a cada indivíduo é diferente, a administração de conflitos que em tese garante a todos espaço neste caso ela garante sua superposição, sendo desordenada, excludente e competitiva. A polícia neste modelo aplica a lei de forma que o Estado quer para população, e não a população sob si mesma, por suas visões particularizadas a polícia implementa a interpretação do que deseja o Estado. A polícia deve interpretar os conflitos de cada localização, e implementar a lei que é amparada em cada um desses lugares, aplicando igualmente o tratamento desigual, verificando como a regra se particulariza a cada caso (Kant de Lima, 2021).

Também é nesse sentido que são formulados os corpos incircunscritos (Caldeira, 2000), em que não contam com barreiras claras de separação, ou seja, qualquer indivíduo poderia exercer domínio e controle sobre esses corpos, por serem considerados enquanto excluídos da sociedade e da cidadania. Esta soberania em relação a certos corpos também foi descrita por Foucault (1987) como biopoder, entretanto no contexto francês na qual o autor se encontra, o biopoder opera apenas o individualismo sendo fruto de uma sociedade com lutas igualitárias. No contexto brasileiro, o biopoder ocorre em um cenário permissivo e com a intervenções no corpo (Caldeira, 2000), se constituindo em bases distintas ao individualismo. Possui uma padronização dos corpos definida socialmente e, aqueles que divergem desta homogeneização, se tornam delinquentes em relação aos padrões sociais, no contexto brasileiro perpetuando seus princípios desiguais. Com esta percepção, aqueles que são considerados enquanto não normalizados e não docilizados passam a ser punidos, seja por sua exclusão ou pela violência que é exercida em seu corpo. Esta punição pode chegar a fins extremos, como a morte, que em muitos casos, é exercida pelas polícias que possuem a prerrogativa da manutenção da ordem e segurança.

Segundo Mbembe (2011), ao conferir este biopoder a uma instituição também se válida no sentido necro¹¹ da questão, determinando quais corpos são matáveis e quais não são. É nesse sentido que se desenvolve a condição de corpos matáveis, os que não serão considerados pelos Estado enquanto cidadãos. Isso dá sentido aos argumentos acadêmicos

¹¹ No livro “Necropolítica”, Mbembe descreve esse processo enquanto a decisão de quem pode morrer e quem pode viver, sendo atravessada pelo sentido do biopoder que diferencia os corpos, sendo o parâmetro primordial o da raça para a distinção entre corpos matáveis e não matáveis.

que concluem que o policiamento diferencia os “corpos suspeitos” (Sinhoretto, 2021) através de suas características, localidade, vestuário e comportamento. Estes corpos estereotipados são constituídos por homens jovens e negros, moradores de favelas e comunidades enquanto os corpos insuspeitos são os do “cidadão do bem”, o homem branco de classe média.

Nesse sentido, a desigualdade originada no período colonial e perpetuada no decorrer dos desenvolvimentos históricos, políticos, econômicos e culturais produz uma distinção entre pessoas e territórios, associando a criminalidade a determinados estereótipos raciais. Devido a essas condições, alguns governos desenvolveram seus mandatos com o objetivo de produzir mais igualdade e equidade. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) implementaram políticas públicas de inclusão social no mercado consumidor e produziram uma ascensão social. Este fenômeno, que causa ressentimento em parte da sociedade, pela prevalência de direitos enquanto privilégios, cria uma igualdade rechaçada, que não deveria existir, sendo tais políticas assistenciais do governo descritas como “bolsa esmola”, “mamata”, “direitos humanos para humanos direitos”, segundo a ideologia encontra na extrema direita.

O ressentimento leva ao início da formação de movimentos antidemocráticos proporcionados pela retomada da extrema-direita, que são alimentados, pela polarização política, desigualdade econômica e ressentimento cultural. Como apontado por Brown (2019), soma-se a isso a lógica neoliberal, que vai além da competição e valorização do mercado, sendo parte do desenvolvimento do conservadorismo no meio social e político, reafirmando alguns dos aspectos necessários para a ascensão da direita. Aqueles que foram afetados por transformações que geram tensões sociais e políticas, se tornam ressentidos, se abrindo aos discursos proferidos pela extrema direita, como a favor de uma nova ditadura militar ou até do integralismo ou imperialismo, que deixa de ser envergonhada ao conquistar certa legitimidade de discurso, sobretudo quando está relacionado ao campo da Segurança Pública. Essas tensões contribuem para o surgimento de movimentos sociais e políticos que se opõem ao ‘*status quo*’, e buscam defender valores mais tradicionais e conservadores.

Neste contexto, os discursos proferidos por Jair Bolsonaro, antes difusos no tradicionalismo e conservadorismo, passaram a associar a imagem dos outros partidos políticos, principalmente da esquerda, a uma degradação moral ao relacionar tais partidos com pedofilia, aborto, violência e corrupção (Baldaia; Araujo; Araujo, 2021). Baquero (2008) demonstra que o “Bolsonarismo” é identificado pelo eleitorado com a figura a qual Bolsonaro

mostra ser, a partir de seus discursos e ideologias proferidas, gerando afinidade a partir das experiências e socialização perpassada por cada indivíduo. O autor argumenta ainda que no Brasil é exercida uma democracia instável, relacionada a uma ausência de cultura política que se debruça sobre a resistência contra os partidos políticos, levando à compreensão da eleição de um candidato que refuta ser político, além de evidenciar diversos “problemas sociais” e desenvolver soluções armamentistas e punitivas como o reforço do encarceramento em massa.

Como colocado por Boito (2021), anteriormente à eleição de Bolsonaro, existia um duplo poder político, dado que duas ambições políticas e de interesse social contraditórias, tinham influência perante um mesmo território. Este conflito levaria ao confronto entre as instituições do Estado, que antecede o pré-fascismo ou ditadura militar, tendo características como:

“crise de hegemonia no bloco no poder, crise de representatividade dos partidos burgueses, situação de derrota do movimento operário e popular que, contudo, permanece ativo e, finalmente, a constituição de uma classe intermediária como força social ativa e reacionária” (BOITO, 2021 p.21).

É nessa seara que o governo Bolsonaro se aproxima do campo da Segurança Pública, das instituições policiais, tendo ênfase da PM e da PRF, enquanto corporações ideologicamente conservadoras e tradicionalistas. No caso da PRF, a atribuição e assimilação destes discursos levariam a uma ampliação das operações criminais, com ações contra o narcotráfico como no caso do Novo Cangaço, na Vila Cruzeiro e a morte de Genivaldo Santos, que visa uma lógica de guerra e controle violento do crime. A PRF, por ser uma polícia institucionalizada enquanto parte da segurança pública de forma tardia, se torna mais afastada das outras instituições desta área, a tornando mais propensa a discursos que a tomem enquanto destaque. Propostas como aumentos salariais e novas propostas de trabalho, que estavam presentes nas falas de Bolsonaro, fizeram com que a PRF criasse uma relação diferente com o então presidente.

Nesse sentido, as entrevistas com os policiais que trabalhavam durante o período do governo Bolsonaro mostram a realidade destes discursos e desta “paixão cega”, como diz um dos entrevistados. A questão se torna diretamente interligada às perspectivas dos diretores gerais e dos superintendentes de cada área, que influenciam diretamente o comportamento exercido pelos policiais da PRF. Com as diversas propostas de aumento, de melhoras de condições de trabalho e novas regulamentações, ao longo dos três primeiros anos do governo,

tendo sido o quarto mais difícil devido a ausência da reforma da previdência e de outros benefícios. Como colocado pelo entrevistado Steve,

“ Ou seja, três paulada numa cajadada só ali, e foi assim cara, quatro anos só tomando paulada. E o pessoal ainda tem saudade, tem muitos falando por aí que estão com saudades do Bolsonaro, para ver como são as coisas, como é a paixão, a paixão é cega”

Assim, a construção do Brasil enquanto nação tendo como base seu contexto de formação histórica fomenta a concepção e perpetuação dos “corpos suspeitos” (Sinhoretto, 2021), baseados em estereótipos reforçados pela sociedade e instituições de Segurança Pública. Ao ser implementado o modelo de uma sociedade piramidal (Kant de Lima, 2021), corrobora para a aplicação do tratamento desigual pelos policiais, sendo influenciada pela interpretação dos agentes em cada caso. O ressentimento, tradicionalismo e conservadorismo são retomados implicando diretamente no desenvolvimento político e de seus discursos, tendo um destaque ao Bolsonaro que passa a politizar ainda mais a Segurança Pública a partir de falas que diferenciam os indivíduos, os caracterizando entre criminosos e cidadãos de bem. A aderência de seus discursos toma destaque nas polícias, neste caso principalmente na PRF em que devido a promessas de mudanças e melhoras, torna-se destaque em suas atuações devido a ampliação de portarias, desenvolvendo uma realidade construída por essa figura carismática. A quebra desta percepção ocorre apenas no final do governo Bolsonaro, quebrando todas as suas promessas, em que os policiais passam a ser prejudicados por suas ações, como descreve o entrevistado Steve tomam “três pauladas”, já que não há aumento salarial ou de efetivo, permanecendo nas mesmas estruturas e, por fim, tendo a imagem da PRF enquanto uma polícia que não visa proteger e sim seguir as ordens da ideologia Bolsonarista, sendo percebida enquanto a polícia de Bolsonaro¹²

¹² Para mais informações acessar: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/09/prf-se-tornou-modelo-de-policia-do-bolsonarismo.ghtml>. Acessado em 20 de novembro de 2024

4. PRF e o “Bolsonarismo”

A PRF, enquanto instituição de segurança pública, responde à União e ao Ministério da Justiça por ter suas ações representadas pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça (Pereira, 2021). Assim, sua relação com os chefes do do Executivo Federal costuma ser mais próxima do que a de outras polícias. Além disso, a escolha de diretores gerais da PRF é indicações diretas. A escolha do diretor-geral é de extrema importância para o caminho que a corporação irá seguir, tal como foi apontado pelos entrevistados. O entrevistado Jack, inclusive, citou que quando “muda o diretor geral muda a forma de pensar” e que quando chega um novo diretor geral “ muda tudo, [ele] tira as coisas da cabeça dele, normalmente vinculado ao que o governo da atualidade pensa”.

No início do mandato de Bolsonaro, em 2019, o diretor geral não reproduzia as ideologias bolsonaristas, comparado aos outros anos de mandato. O primeiro ano de governo marcou a PRF com a nova portaria (739/19) que permitia a colaboração em operações em conjunto dentro da sua área de atuação, também foi um ano marcado pela retirada de radares. O impacto da banalização dos radares por Bolsonaro foi de extrema importância para que a PRF mutasse seu comportamento enquanto uma instituição de segurança pública que tinha como finalidade a segurança viária. Essa nova portaria se torna um ponto de partida para a inserção no combate ao crime dentro e fora das estradas e rodovias.

O início da pandemia de Covid-19 em 2020 afetou a população e conseqüentemente a PRF, devido a diminuição de circulação de veículos por conta da quarentena. Os discursos políticos proferidos publicamente em relação à doença foram acompanhados de uma política da morte, em que o Covid-19 era colocado como trivial pelo governo, o que gerou a proliferação do vírus devido à ausência de prevenção e a utilização de medicações incorretas para o tratamento da doença. Houve um grande impacto na PRF após a emissão da nota de falecimento de um dos policiais por Covid-19, uma vez que Bolsonaro interpretou a nota como uma afronta à sua concepção em relação à doença, que para ele seria “apenas uma gripezinha”, levando à demissão do diretor geral e do superintendente de comunicação que emitiu a nota de falecimento¹³.

¹³ Para mais informações acessar:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/governo-troca-diretor-geral-da-policia-rodoviaria-federal.htm>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-reclamar-de-nota-de-pesar-bolsonaro-troca-comando-da-policia-rodoviaria.shtml>. Acessado em: 20 de novembro de 2024.

Com isso, em 2021, Silvinei Vasques entrou como diretor geral da PRF por indicação de Flavio Bolsonaro, não sendo segredo que o novo diretor geral pregava a ideologia bolsonarista e era próximo da família Bolsonaro¹⁴. A PRF passa a ser interpretada por muitos enquanto queridinha do Bolsonaro, devido a aproximação do diretor geral ao então presidente, sendo colocado pelo entrevistado Norman, que a presença do diretor geral no palácio do planalto e em eventos públicos passa a ser cada vez mais recorrente, não sendo parte de suas obrigações dentro da instituição. Uma nova portaria (42/2021) neste ano, atribuiu à PRF a atuação em operações conjuntas sem limitação de área de seu exercício, auxiliando neste processo de aproximação dos grupos bolsonaristas. Três casos tornaram-se exemplo desse alcance para além das estradas e rodovias, a Operação do Novo Cangaço, a intervenção na Vila Cruzeiro e o assassinato de Genivaldo de Jesus Santos.

A operação do Novo Cangaço (2021), ocorrida em duas chácaras no município de Varginha-MG, produziu um grande número de mortes, 26 em seu total, sendo nenhuma destas fatalidades de membros da segurança pública. Apesar da operação ter sido justificada devido à quantidade de roubos já realizada pela quadrilha, e por suas táticas de pânico populacional, ao cercá-los incendiando veículos e bloqueando ruas e avenidas. Após uma investigação realizada pela Polícia Federal (PF), foi evidenciado que os suspeitos de integrarem a quadrilha foram executados nas residências em que dormiam, sendo que os policiais presentes forjaram a cena do crime com o objetivo de dar respaldo à ação¹⁵. A operação ocorreu com a colaboração entre PRF e PM, com o suposto objetivo de prender assaltantes de bancos e caixas eletrônicos, tendo sido realizada ainda na área de atuação da PRF¹⁶.

Já a intervenção na Vila Cruzeiro-RJ (2022) deixou clara a mudança na conduta da PRF. Desta vez, 23 pessoas foram mortas pelos policiais envolvidos, sendo eles da PRF, da PM, do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), da Polícia Federal (PF) e da Polícia Civil. A operação foi iniciada com o objetivo de cumprir mandados de prisão contra líderes de facções que se refugiavam no local. Apesar de ter sido iniciada de madrugada, os

¹⁴ Para mais informações acessar:

<https://www.estadao.com.br/politica/diretor-da-prf-ascendeu-apos-intervencoes-de-bolsonaro-e-posse-de-anders-on-torres/>. Acessado em: 20 de novembro de 2024

¹⁵ Para mais informações acessar:

<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2024/08/03/prf-reintegra-agentes-indiciados-por-participacao-em-operacao-que-deixou-26-mortos-em-mg.ghtml>. Acessado em: 20 de novembro de 2024

¹⁶ Para mais informações

acessar: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/policia-de-mg-mata-25-pessoas-em-operacao-contrano-ovo-cangaco.shtml>

<https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/noticias/varginha-ausencia-de-sobreviventes-nao-atrapalha-investigacao-diz-prf-16457632>. Acessado em 20 de novembro de 2024

policiais argumentaram que foram recebidos com resistência e, em razão disso, cercaram e eliminaram os criminosos, justificando assim, o assassinato em massa. Inicialmente, as pessoas mortas na operação foram declaradas como “criminosos”, entretanto, familiares dos moradores que faleceram nesta operação contestaram esta versão, a operação também deixou 7 feridos¹⁷.

O assassinato de Genivaldo de Jesus Santos (2022) também ganhou notoriedade pelo uso excessivo da violência que teve como resultado a morte do suspeito. Enquanto estava se deslocando de moto sem capacete, Genivaldo teria tido um comportamento considerado, pelos policiais, como “agressivo”. O boletim de ocorrência lavrado pelos policiais registrou sua morte como decorrência de um mal súbito. Entretanto o Instituto Médico Legal (IML) refutou essa versão, declarando que o óbito teria sido resultado de uma asfixia. Segundo testemunhas presentes no local, houve espancamento de Genivaldo pelos policiais, seguido da imobilização, tendo sido o camburão da PRF transformado em uma câmara de gás que levou ao seu óbito por asfixia. Os agentes identificados por assassinar Genivaldo foram inicialmente afastados, e depois de quase cinco meses foram acusados judicialmente por abuso de poder, sendo presos e condenados. Em relação ao acesso às informações sobre o ocorrido, foi decretado um sigilo de 100 anos, sendo um dos *modus operandi* de Bolsonaro para esconder muitos de seus comportamentos. Outro fato relevante foi a reação do presidente, que lamentou a morte de Genivaldo mas, logo em seguida, elogiou e comemorou a atuação da PRF na operação da Vila Cruzeiro¹⁸.

A ampliação da atuação e da presença de comportamento extremistas nos três casos, trouxe destaque para a PRF em mídias digitais e de massa. Foi a partir deste movimento que

¹⁷ Para mais informações acessar:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/operacao-policial-rio-de-janeiro-mortos/>
<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/05/operacao-do-bope-da-pf-e-da-prf-deixa-uma-moradora-morta-e-feridos-em-confrontos-na-penha.ghtml>

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-do-bope-da-pf-da-prf-tem-23-mortos-sendo-uma-moradora-na-vila-cruzeiro-25516523.html>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/policia-diz-ter-apreendido-arsenal-com-13-fuzis-e-12-granadas-na-vila-cruzeiro-rj.shtml>. Acessado em: 20 de novembro de 2024

¹⁸Para mais informações acessar:

<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/05/ele-esta-melhor-do-que-nos-ai-dentro-disse-agente-da-prf-a-mulher-de-homem-asfixiado-em-sergipe.ghtml>;

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/homem-morre-asfixiado-em-viatura-da-policia-rodoviaria-federal-em-se.shtml>;

<https://www.estadao.com.br/brasil/bolsonaro-lamenta-morte-por-gas-em-viatura-da-prf-e-defende-justica-sem-exageros/>;

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/10/policiais-acusados-de-matar-genivaldo-de-jesus-asfixiado-sao-presos-em-sergipe.shtml>. Acessado em: 20 de novembro de 2024

foi percebida a internalização do “bolsonarismo” nesta instituição, alinhando-se justamente à percepção do então presidente de que “bandido bom é bandido morto”, suas fatalidades são voltadas aos “corpos suspeitos” (Sinhoretto, 2021). A proximidade da operação na Vila Cruzeiro com o caso do assassinato de Genivaldo, atrelada à divulgação midiática de ambos os casos, levou à inspeção da PRF como instituição de segurança pública. Novas perspectivas foram adotadas devido à introspecção em relação a essa polícia, sendo observado um comportamento que antes era ignorado pela particularização da PRF enquanto polícia. Em 2022, isso tomou novas proporções, como a evidência do curso de formação da PRF, que desenvolve a identidade policial (Poncioni, 2014 ; França; Silva, 2022) e cultura policial (Poncioni, 2014), e as compras realizadas que também diferenciam das viaturas e armas necessárias para sua atuação¹⁹.

Como desdobramento do contexto brasileiro da segurança pública e das influências políticas de outros mandatos, se fez possível o que chamamos de militarização da PRF, que consiste em uma adesão de seus atores à estratégia militarizada de controle do crime. Entretanto, as condições existentes no contexto de formação da cidadania no Brasil, sua redemocratização e implementação de mecanismos de segurança pública tornam propensa a militarização em qualquer período, reforçando a ausência de uma ruptura necessária, principalmente devido à notoriedade da PM enquanto polícia bem sucedida por ter altos índices de mortes. A aproximação e a colonização por um modelo de polícia comumente exercido nas PM, como foi mencionado pelos entrevistados, levam à militarização do desempenho de outras instituições como a PRF, mesmo sendo ela uma polícia de natureza civil. Tendo como plano de fundo as ideologias e discursos bolsonaristas, que medem a efetividade policial por número de mortes de criminosos e pela ostensividade da polícia, podemos compreender as mudanças nas atribuições cotidianas da polícia estudada.

A maioria dos policiais entrevistados observaram que, durante o período em que trabalharam na instituição, as políticas públicas na área foram direcionadas para tendências ostensivas e militarizadas. Para além da PRF, existe no imaginário social a construção do policial enquanto herói, a cultura midiática e o cinema acabam por reforçar essas perspectivas, criando uma noção irrealista do trabalho policial (Muniz; Proença, 2007), o que faz com que aqueles que queiram ingressar na polícia tenham esta percepção e queiram

¹⁹Para mais informações acessar:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/01/pais-quebrado-de-bolsonaro-gastou-r-150-milhoes-em-helicopteros-para-a-prf-no-ano-passado.shtml>. Acessado em: 20 de novembro de 2024

alcançá-la. Os ritos de passagens presentes na formação policial, e a construção de uma identidade e o condicionamento psíquico e físico, levam a uma imagem policial associada à virilidade e masculinidade, que contribui para a percepção construída pelas mídias no imaginário social (França; Silva, 2022). No contexto dos discursos bolsonaristas mencionados na presente pesquisa, as imagens sobre policiamento visavam uma realidade que muitas vezes não condizia com a prática de uma polícia rodoviária. A percepção dos policiais sobre heroísmo é debatida por Kant de Lima (2021), ao considerar que a superioridade do Estado deveria incluir policiais, transgressores e transeuntes na proteção policial. Porém, ao iniciar uma troca de tiros em uma praça pública, a própria imagem de super-herói se perde na medida em que as vítimas de tiros se multiplicam. Segundo o entrevistado Ash, “isso é resultado histórico de algo que já estava acontecendo e que o cinema só vai mostrar” e “que aí essa visão, ela vem e mexe com imaginário de um monte de gente jovem, polícia em tudo quanto é lugar”.

A partir disso, os entrevistados passaram a refletir sobre mudanças nos cursos de formação dentro da PRF. Segundo o entrevistado Norman, disserta que “os nossos primeiros instrutores são oriundos das Forças Armadas e também de polícias militares”, fazendo com que parte dos aprendizados de matriz militar migrassem a essa instituição, já que o curso de formação condiciona os corpos e o psíquico a passar por rituais de obediência, levando a construção da identidade policial (França; Silva, 2022). Ao não ser organizada por uma hierarquia ou legislação militar, não quer dizer que o *ethos militar* não exista na PRF (Barbosa, 2021). Isso ocorre pois muitos dos agentes saíram do meio militar, sendo reforçado pelos instrutores das academias e foram socializados neste, trazendo uma perspectiva militarizada para dentro desta instituição. Outro ponto tomado entrevistado Ash é a participação de cursos externos, segundo ele,

À medida que você vai fazendo cursos, que você vai fazendo cursos aqui, ali, você não traz o conhecimento técnico, no sentido da arma e tal, você traz outras coisas que não estão no currículo, e essas outras coisas que não estão no currículo que acabam modificando.

O entrevistado usa a expressão “curso caveira” para se referir a cursos livres privados muito procurados por policiais em que toda a estética, linguagem e técnicas corporais dos policiais militares de grupos especiais são transmitidos e enfatizados. “Caveira” é a forma como são chamados os policiais do BOPE no Rio de Janeiro, cuja atuação tem sido utilizada praticamente apenas em áreas de favelas, com destaque para operações muito letais. A referência citada por Ash em sua entrevista, apontando o desempenho “caveira” como cada

vez mais reconhecido como adequado à PRF pelos seus próprios integrantes. Isto exemplifica o conceito de cultura policial descrito por Poncioni (2014), em que é corroborada pelo corporativismo existente dentro da polícia, e pela proteção que os policiais exercem em relação uns aos outros, sendo aplicado na construção da identidade policial que é desenvolvida nos cursos de formação dos policiais. Apesar de não ser completamente militarizada, traz características presentes na ética militar, principalmente nos cursos de formação, apesar de não se tratar de algo cotidianamente necessário à rotina de um agente da PRF (Barbosa, 2021).

Ainda na perspectiva de Ash, a polícia é porosa em relação às outras instituições de segurança pública, tendo influência da matriz militar como a maioria das polícias do Brasil, o que favorece que, mesmo as que não foram criadas a partir de grupamentos militares, ainda sigam o mesmo caminho. Ash ainda diz que: "não tem como os dois [modelos] coexistirem, ou a PRF vai utilizar esse modelo e vai colonizar ou ela vai ser colonizada". Essa aproximação à matriz militar se torna cada vez mais presente, principalmente no governo Bolsonaro, em que as formaturas da PRF passam a evidenciar marchas e formações, como as que ocorrem no exército e na PM, que antes não eram uma realidade presente na formatura da PRF. O entrevistado Steve observa uma mudança de chave até mesmo na perspectiva da sociedade em relação à corporação

Mas eu acho que houve uma virada de chave, porque isso foi bem pontual, isso foi muito contundente nas formações, inclusive lá na UniPRF a gente falava que ia começar o festival de "pão e circo". Porque se abriu as portas, como se fosse um conceito bem bonito assim, você abre as portas da universidade para o povo vir, cara, mas era circo, era uma coisa assim que era para mostrar algo que tu não é.

Outra questão que também exemplifica essa porosidade são as mudanças realizadas na gestão do diretor geral Silvinei Vasquez, descrita pelos entrevistados como tendo uma abordagem que guia a PRF a um novo caminho. Esse processo se inicia com as mudanças realizadas na pintura dos veículos da PRF, que passam a se assemelhar mais a "caveirões" do que a viaturas, e nas mudanças de uniforme e compra de equipamento. Como descrito por Steve: "Mas eu acho que tem uma virada de chave, porque eles também compraram o caveirão, eles também compraram esses equipamentos, chegaram a comprar capacete, para você ter uma ideia"; e por Jack: "Então, especialmente com o Vasques a gente notou essa, não vou dizer militarização, mas até o uniforme, não sei se vocês viram que mudou, que as especializadas usam uniforme camuflado." Vasques ainda aparece nas entrevistas quando questionadas as principais demandas da PRF e se houve mudanças nas abordagens a partir

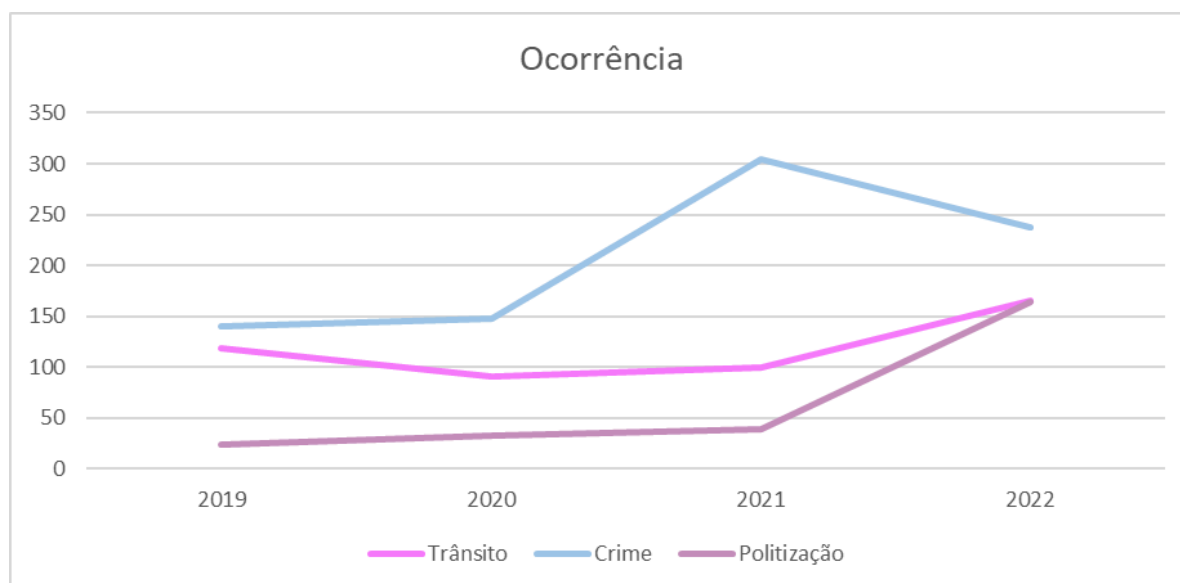
das novas portarias, sendo caracterizado por Jack: “principalmente com o Vasques, a gente sim teve essa coisa de se tornar "mais polícia", de focar mais nesse tipo de ação”, referindo-se à relação da PRF com sua abordagem e demanda que passa a ser mais criminal do que de segurança viária.

A relação da PRF com o que se compreende que seja bolsonarismo nesta pesquisa é exemplificada a partir das falas do entrevistados, é possível perceber que a construção da hipótese de que a PRF foi instrumentalizada pelo governo Bolsonaro se torna real a partir da análise destes diálogos e a construção desta pesquisa. A influência da troca do diretor geral que seguisse a ideologia e discursos bolsonaristas, auxilia e complementa esta análise, assim como a relevância das portarias 739/19 e 42/2021 que amparam a atuação da PRF enquanto mais ostensiva, militarizada e letal. O entrevistado Steve diz que a relação da PRF, através da UniPRF, com a sociedade se torna semelhante a de “pão e circo”, que ocorria na Roma antiga, em que os gladiadores lutavam como forma de alienação aos males que impactaram a sociedade. Portanto, essa percepção de alienação perpassa não somente a relação da universidade da PRF com o público, mas também das operações que a PRF atua e a interiorização dos discursos bolsonaristas em seu cotidiano, ampliando o aspecto de “pão e circo”.

5. Resultados e discussão

Como apresentado por Sinhoretto e Tonche (no prelo), a militarização perpetua uma estratégia utilizada nas ditaduras militares, informada por uma conduta de guerra, em que há uma continuidade de suspensão de direitos para alcançar os objetivos da polícia. Observa-se nesta estratégia uma confluência das disputas pelo monopólio do direito e o monopólio do uso legítimo de violência física, levando a uma crise que se evidencia na sociedade através de suas instituições de segurança pública e do aumento da criminalização. Essa realidade pode ser observada a partir da análise de dados jornalísticos desta pesquisa, que compreende a incorporação de uma estratégia militarizada na PRF, devido à ampliação de suas atuações no combate ao crime. Percebe-se uma ênfase na atuação sobre crimes como o narcotráfico e operações conjuntas enquanto principal conflito social a ser visado, deixando de lado uma de suas funções, a segurança viária, como exemplificado no Gráfico 1. O gráfico é apresentado pela quantidade de notícias no eixo Y, e os anos de governo Bolsonaro no eixo X, sendo somadas 1.500 notícias coletadas.

Gráfico 1 - Notícias sobre a PRF segundo o tipo de atuação



Fonte: Elaboração própria

Assim, um dos principais acontecimentos que levaram à mudança de foco foi a retirada de radares móveis em 2019, o que desestimulou a atuação da PRF enquanto polícia das estradas. Seguida desta desvalorização, houve a implementação da portaria em 2019 (739/19), que ampliou o exercício da instituição e permitiu à PRF colaborar com apoio em operações ligadas aos crimes nas rodovias, estradas ou áreas de interesse da União, amplificando a influência do setor político em suas condutas. Em 2020, diminuíram as

notícias relacionadas ao trânsito, possivelmente devido à pandemia de Covid-19 e à quarentena. Todavia, as notícias de politização e crime aumentaram em relação ao ano anterior, divergindo das notícias de trânsito neste período.

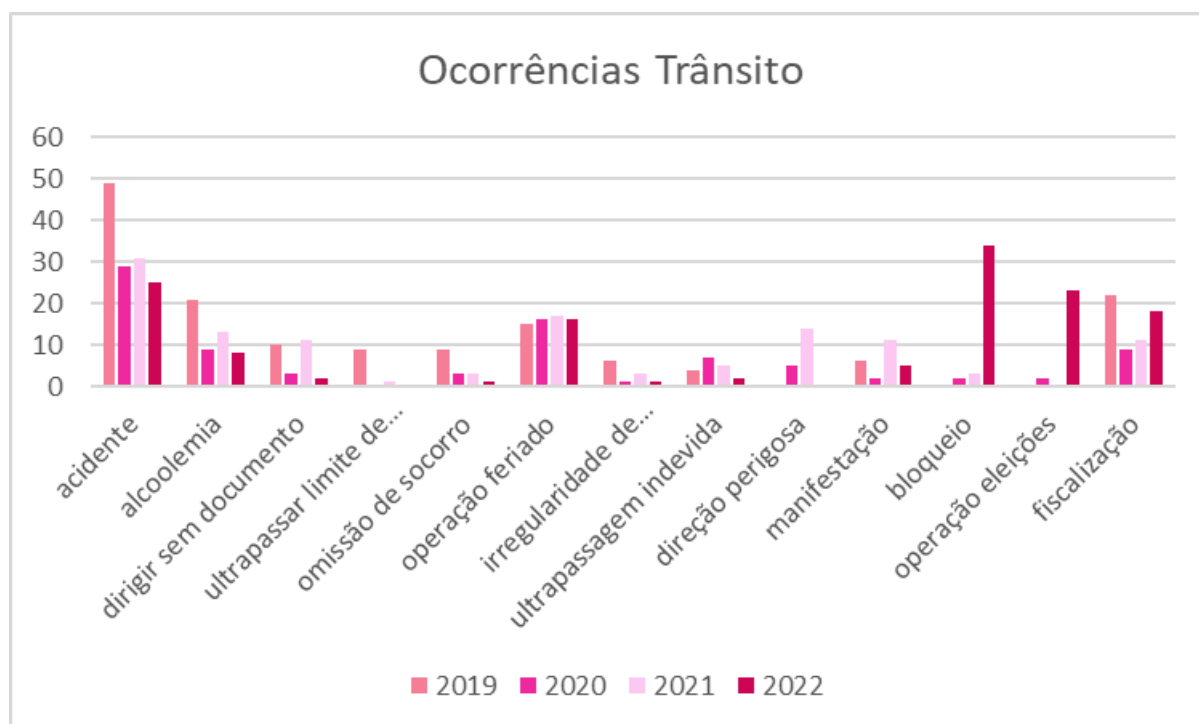
Em 2021, observou-se uma mudança drástica nas notícias relacionadas ao controle de crimes, apresentando um aumento significativo, possivelmente explicado pela entrada do novo diretor geral da PRF e pelas mudanças nas portarias 739/19 e 42/2021. As entrevistas mostraram que as mudanças nas portarias foram requisitadas pelos policiais para permitir operações conjuntas que já eram cotidianas para a PRF, como as operações de resgates de trabalhos análogas à escravidão, abuso sexual e tráfico de pessoas, mas como observado ao decorrer das análises das notícias, essas operações foram exercidas fora da área de atuação da PRF, como por exemplo, nas comunidades do Rio de Janeiro. As coletas de notícias relacionadas ao trânsito voltaram a crescer, possivelmente devido ao fim da quarentena, contudo não foi um aumento considerável. As notícias de politização da atuação também apontaram crescimento, mostrando a continuidade da interferência do político na conduta da PRF, em razão da nova portaria 42/2021 que visava apenas a participação da PRF em operações conjuntas com policiais civis, militares, federais e entre outros órgãos que atuam fora das estradas e rodovias.

Em 2022, as ocorrências reportadas nas notícias sobre crimes caíram, podendo estar atrelada a relevância midiática que é tomada em suas novas atuações, como consequência do aumento da letalidade e das mudanças da portaria 42/2021, sendo exercido um controle no que se refere a sua atuação em relação ao crime. Por outro lado, houve um aumento de notícias sobre trânsito e politização, sobretudo devido às operações durante as eleições. É notória a interferência na conduta da PRF pelo contexto político e suas pautas, comprovada através das ações da PRF com bloqueios de estradas. Muitas destas mudanças estariam intrinsecamente relacionadas a um novo protagonismo na PRF devido sua proximidade com Bolsonaro durante seu mandato, sendo também justificada pelos policiais entrevistados como uma demanda social, já que os discursos de aumento da criminalização, teria como solução a fala popular da extrema direita “bandido bom é bandido morto”, e da implementação dos direitos humanos pela esquerda, que era percebida pela direita como “defesa dos criminosos”, geram ressentimento em relação a uma população marginalizada.

Uma análise singular de cada categoria demonstra particularidades que auxiliam na análise de influência do ‘bolsonarismo’ na PRF. Ocorrências reportadas pela mídia que eram

relevantes na categoria trânsito, em 2019, decaem até o final de 2022, como acidentes, alcoolemia, ultrapassagem do limite de velocidade, omissão de socorro, irregularidade de transporte e fiscalização, como demonstrado no Gráfico 2. Essas ocorrências estão ligadas ao cerne da atuação da PRF enquanto polícia rodoviária, contudo também podem estar relacionadas com a irrelevância midiática para os portais de notícias ou à eficiência da polícia no monitoramento e diminuição de crimes de trânsito, reduzindo, assim, o número de reportagens pela mídia.

Gráfico 2 - Notícias sobre a PRF relativas a ocorrências de trânsito



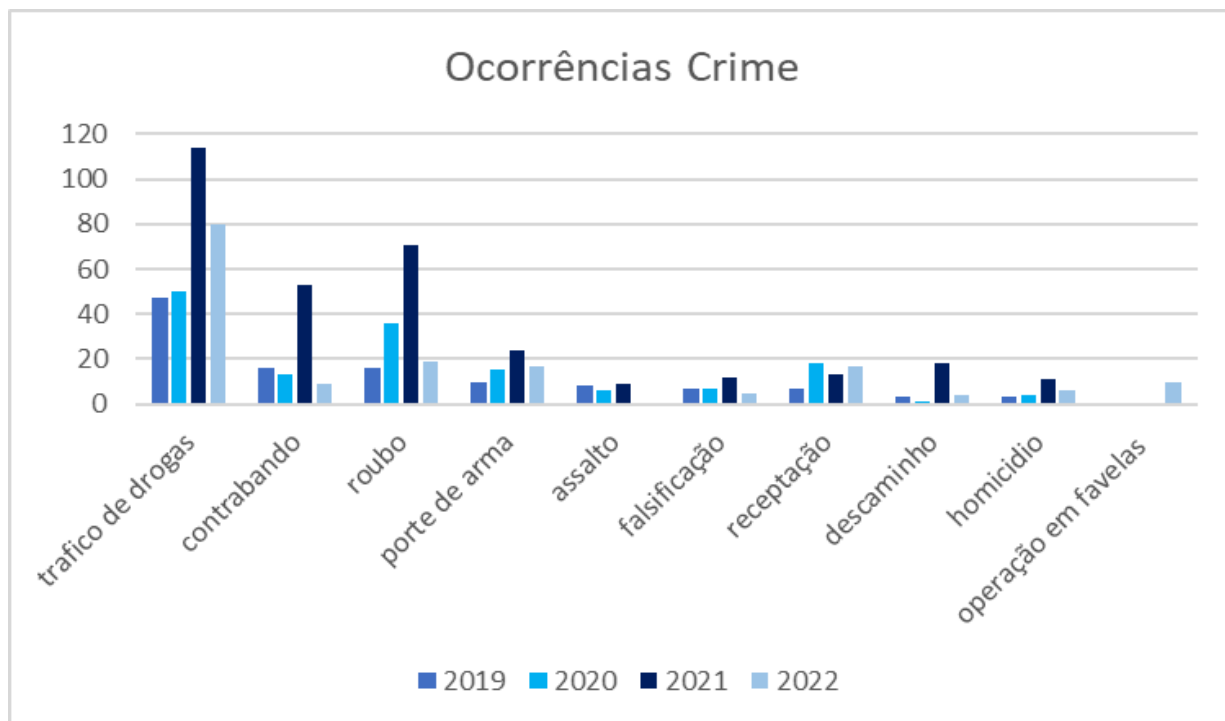
Fonte: Elaboração própria

Durante o ano de 2021, algumas das notícias de trânsito coletadas, como dirigir sem documento, operação em feriados, ultrapassagem indevida, direção perigosa e manifestações, passam a aumentar, mas regridem em 2022, como observado no gráfico acima. As ocorrências de trânsito de 2022 se concentraram nas operações de eleições e nos bloqueios, ou seja, os jornais relataram uma maior quantidade de informações vinculados à ideologia política de Bolsonaro e sua influência na PRF. Esta mudança na segurança viária demonstra um distanciamento do que muitos dos policiais entrevistados classificam como a principal demanda da PRF. Esta predominância do trânsito é destacada pelos entrevistados enquanto parte da essência da PRF, mas também se diferencia conforme a localização dos postos na

qual estão inseridos. Uma cidade do interior, por exemplo, não teria as mesmas demandas que a capital do Rio de Janeiro.

As ocorrências reunidas na classificação “controle do crime” também sofreram uma mudança durante o mandato de Bolsonaro. A perspectiva midiática voltou-se para crimes que envolviam ocorrências de trânsito, como descaminho, contrabando e outros. Durante o seu governo, os jornais passaram a focar nas ações contra o narcotráfico, como observado no Gráfico 3. A partir desta constatação, percebe-se uma mudança na PRF, que passa a valorizar ações acerca do controle e da repressão ao tráfico de drogas no país. A análise revelou ainda que crimes como contrabando, falsificação, receptação e descaminho, geralmente ligados às ações em estradas, apareceram com menos constância, enquanto crimes conectados à repressão ao narcotráfico, assim como roubo, porte de armas e homicídio tiveram maior publicização. Reportagens que servem como exemplo e explicam essa mudança, são vinculadas à ampliação da portaria 42/2021, que permitiu operações em favelas, e que passa a aparecer mais na mídia em 2022, o que demonstra o deslocamento da atuação da PRF das estradas para as cidades a partir da perspectiva midiática.

Gráfico 3 - Notícias sobre a PRF relativas a ocorrências de controle do crime



Fonte: Elaboração própria

As notícias sobre as operações nas favelas são relevantes por terem sido publicadas em um momento em que teriam sido proibidas pelo ministro Alexandre de Moraes do

Superior Tribunal Federal (STF), devido aos riscos de propagação do vírus Sars-Cov-2. Essa proibição aflorou os discursos proferidos por Bolsonaro, que se tornaram cada vez mais violentos em relação ao controle do narcotráfico e dos criminosos presentes nas comunidades. A questão passou a ser observada pelo ex-presidente como protetiva de bandidos, algo que para ele justificaria o aumento do tráfico devido à restrição de atuação das polícias.

Por outro lado, Bolsonaro também elogiou a atuação das polícias e ratificou as chacinas cometidas por policiais nas favelas²⁰. Segundo ele, a restrição do STF em relação às operações como a da Vila Cruzeiro no Rio de Janeiro, foi responsável por aumentar a “bandidagem”, por isso, a retomada das operações seria necessária. Esta guinada da PRF em relação ao crime, indo além do tráfico de drogas, foi vista pelos entrevistados como “pelo em ovo”, algo que faz com que uma polícia que tem um efetivo de policiais mínimo por turnos e uma grande extensão de território para policiamento fosse posicionada para trabalhos nas quais outras polícias poderiam exercer a mesma função.

Foi a partir de ações vistas como incongruências apresentadas por Bolsonaro, como a Reforma da Previdência e o reajuste no orçamento, que muitos dos policiais que o apoiavam se desprenderam dos discursos “bolsonaristas” e se manifestaram contra eles. Por exemplo, em 2022, Bolsonaro voltou atrás em sua fala sobre benefícios, afirmando que não teria “aumento salarial para ninguém”, o que gerou insatisfação nos agentes²¹. Já os casos de censuras e injúrias reportados, estariam ligados ao abuso de poder de alguns agentes, que teriam encaminhado à delegacia indivíduos que criticaram o “bolsonarismo”, realizando detenções²². O Gráfico 4 sobre a politização da atuação, evidencia essa mudança em relação à presença do bolsonarismo na PRF.

Gráfico 4 - Notícias sobre a PRF relativas a ocorrências de politização

²⁰ Para mais informações acessar:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/07/bolsonaro-lamenta-morte-de-pm-durante-operacao-no-al-emaio-que-matou-outras-17-pessoas.ghtml>. Acessado em: 23 de julho de 2024.

²¹ Para mais informações acessar:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/policiais-falam-em-traicao-se-bolsonaro-desistir-de-reajuste-para-a-categoria.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/policiais-falam-em-traicao-se-bolsonaro-desistir-de-reajuste-para-a-categoria.shtml>. Acessados em: 23 de julho de 2024.

²² Para mais informações acessar:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/11/28/mulher-detida-prf-xingamento-presidente-jair-bolsonaro-rodovia-tj.htm>. Acessado em: 23 de julho de 2024.



Fonte: Elaboração própria

Em virtude de todo esse complexo cenário e do fato do até então Diretor Geral da PRF ser amigo íntimo da família Bolsonaro e compartilhar publicamente as ideologias ‘bolsonaristas’, a PRF passou a ser considerada uma instituição completamente ‘bolsonarizada’²³. A PRF seria acusada de realizar operações de bloqueios, durante as eleições em 2022 em estradas localizadas em regiões que o candidato opositor ao Bolsonaro, Luis Inácio Lula da Silva, possuía ampla maioria de votos com o objetivo de afetá-lo diretamente.

Essas ações foram amplamente divulgadas nos jornais e, dada a sua natureza inconstitucional, foram restritas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, após a eleição de Lula, eleitores pró-Bolsonaro realizaram diversas manifestações, inclusive com barreiras em estradas. A atuação da PRF, em um primeiro momento, foi de se recusar a desmobilizar os bloqueios partindo da justificativa de que as operações das eleições não teriam se encerrado e posteriormente pela escassez de agentes. Neste período, uma das notícias coletadas²⁴ revelou que a PRF já sabia que poderiam ocorrer esses protestos caso o candidato Lula ganhasse e que, mesmo assim, a instituição não se organizou, com o mesmo

²³ Para mais informações acessar:

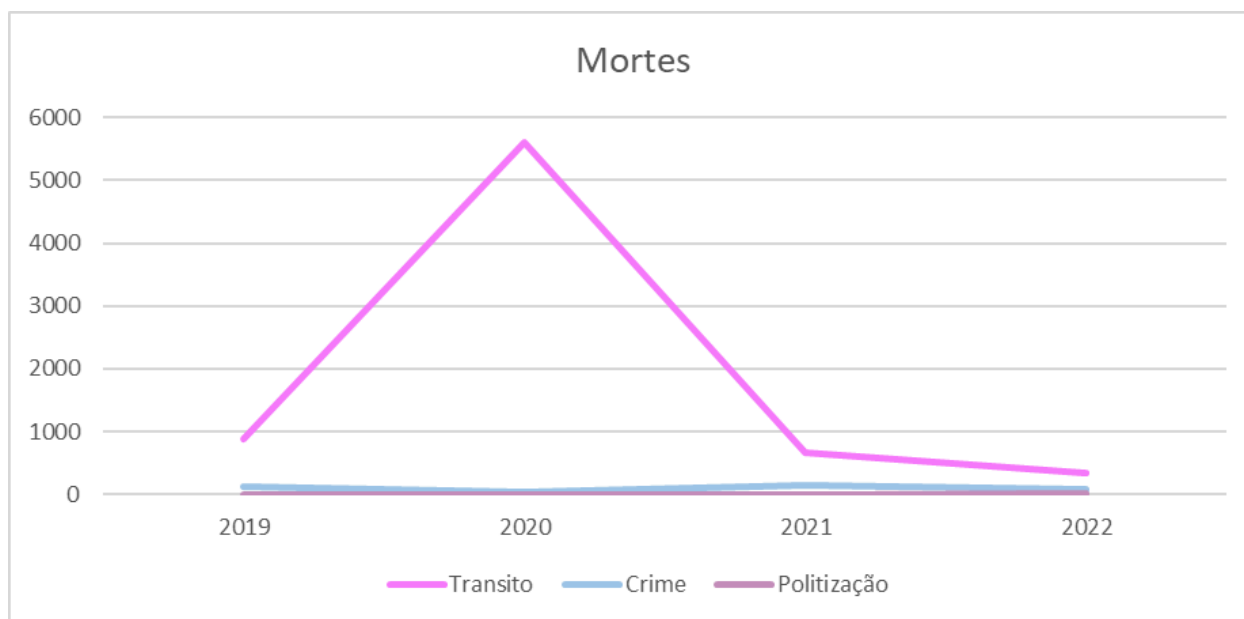
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/sob-bolsonaro-prf-mira-operacoes-violentas-e-fragiliza-fiscalizacao-de-rodovias.shtml>. Acessado em 23 de julho de 2024

²⁴ Para mais informações acessar: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/operacao-prf-reuniao-alvorada.htm>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

afinco, para agir em favor do novo governo eleito. Os desbloqueios só foram realizados após ordem do STF, sob ameaça de multa a cada um dos agentes e da prisão do Diretor Geral.

Por fim, a última categoria mobilizada está associada às contabilizações das mortes cometidas pela PRF, conforme apresentado no Gráfico 5, relacionadas aos dados coletados e contidas nas divisões de trânsito, crime e politização. As mortes reportadas nas notícias de trânsito se mostraram elevadas, especialmente devido a acidentes que ocorrem em rodovias, sendo constantemente reportados, mas tendo um aumento relevante em 2020, e diminuição em 2021 e 2022. Essas mortes possivelmente estariam ligadas à retirada de radares, realizada em 2019, apesar dos radares retornarem a funcionar, após a descredibilização por Bolsonaro, sua relevância diminuiu, sendo uma possível explicação para essas mortes, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Mortes publicadas nas notícias relacionadas à PRF

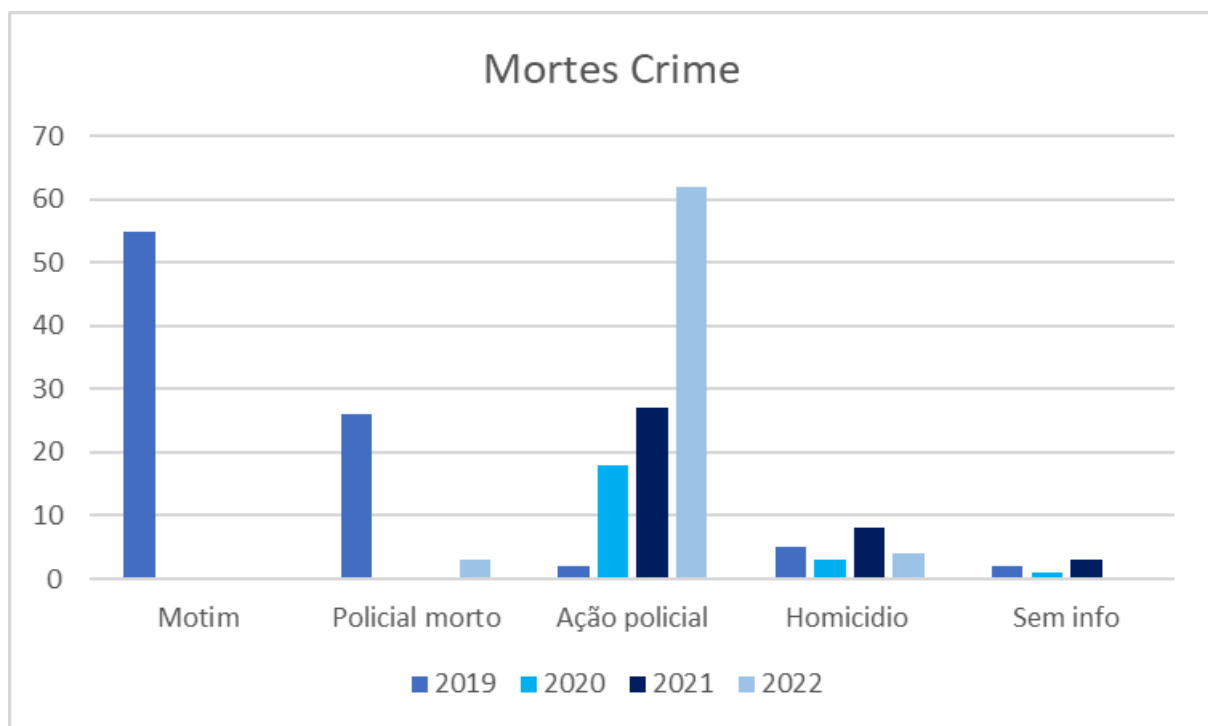


Fonte: Elaboração própria

Devido ao grande número de fatalidades em trânsito, a manifestação de qualquer outro dado se tornou irrelevante. Assim, foi realizada a separação dos dados, já que os óbitos coletados na categoria controle do crime também são de relevância para a análise da pesquisa. Essas fatalidades relacionadas ao crime mostraram a relevância na atuação da PRF, principalmente em Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP). Com um aumento gradual destas mortes, é possível afirmar que discursos de “bandido bom é bandido morto” foram se intensificando na PRF, como analisado no Gráfico 6. Apesar de ter sido observado

um aumento de notícias que reportaram MDIP em 2020, que aponta para o início do aumento da letalidade da PRF, os dados de 2022 são mais significativos por triplicar o número de mortes do ano anterior, possivelmente seria consequência das portarias já mencionadas, e dos discursos de combate violento às drogas e aos bandidos. Essa elevação de números foi justificada pela maioria dos policiais entrevistados enquanto casos isolados, que teriam contextos específicos como o assassinato de Genivaldo, no qual seis dias antes dois policiais foram mortos por um andarilho, algo que gerou a ação que levou os policiais executaram Genivaldo. Segundo eles, ao retirar esses casos, a PRF não teria uma quantidade de mortes tão relevante, como também os casos da operação Novo Cangaço, operação Vila Cruzeiro.

Gráfico 6 - Mortes públicas em notícias relacionadas a PRF nas ocorrências de controle do crime



Fonte: Elaboração própria

Como aponta o Gráfico 6, as principais mortes em relação ao controle do crime são de ação policial, sendo uma morte devido a troca de tiros com um carro em fuga, que levou a óbito uma adolescente de 15 anos²⁵. Em 2020, uma operação realizada pela Polícia Civil tendo a atuação da PRF tendo como alvo a milícia Ecko²⁶, deixando 19 mortos e, elevando o

²⁵ Para mais informações acessar:

<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/10/05/adolescente-e-morta-em-abordagem-da-prf-no-municipio-de-carira.ghtml>. Acessado em: 23 de novembro de 2024

²⁶ Para mais informações acessar:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/tiroteio-entre-policiais-e-milicianos-deixa-mortos-na-baixada>

número de mortos quando comparada com 2019. Já em 2021 houve a operação em conjunto da PMMG com a PRF que visou combater uma quadrilha de assaltantes que estavam sendo identificados como “novo cangaço” em razão da maneira que realizavam os roubos. Essa operação teve 26 óbitos, todos integrantes dessa quadrilha²⁷. Em 2022, houve um aumento notório em relação aos outros anos, com um total de 63 mortes, resultantes das duas Operações na Vila Cruzeiro, da Operação no Chapadão, do assassinato do Genivaldo, da Operação no Complexo do Alemão, da Operação no Complexo do Chapadão, e de casos de apreensão de drogas, perseguição.

Ao analisar estes dados se torna evidente que não são casos isolados, já que a maioria deles são operações em que a PRF passou a participar após a intervenção da portaria 42/2021, que permitiria operações conjuntas fora das rodovias e estradas. Esse dado se torna relevante ao destacar a importância das ações políticas na PRF, que se torna afetada por estas mudanças, tendo ênfase também na escolha de Diretor Geral, sendo marcado por Silvinei Vasques. Dados como as operações de segundo turno das eleições em 2022 e os bloqueios não foram amplamente discutidos nas entrevistas, entretanto as notícias evidenciam a predisposição ao bolsonarismo, deixando a impessoalidade necessária do trabalho policial de lado, sendo diretamente impactado por seus posicionamentos particulares. Assim, é realçado que a polícia detém o monopólio do direito e o monopólio do uso legítimo de violência física, se utilizando da suspensão de direitos no caso das operações no dia do segundo turno das eleições, ocasião em que o direito de ir e vir foi violado, e nas operações em favelas, tendo vidas inocentes ceifadas. Como destaca o entrevistado Jack, “a PRF é amarrada ao pensamento do Governo Federal”, resumindo a atuação da PRF no período do governo Bolsonaro.

[fluminense-no-rj.shtml](#)

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/16/policia-mata-17-suspeitos-de-integrar-milicia-de-ecko-em-24-horas.htm>. Acessado em: 23 de novembro de 2024

²⁷ Para mais informações acesse:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/10/31/mais-de-20-mortos-em-operacao-contra-o-crime-org-anizado-em-minas-gerais.htm>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/policia-de-mg-mata-25-pessoas-em-operacao-contra-novo-cangaço.shtml>

<https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/noticias/varginha-ausencia-de-sobreviventes-nao-atrapalha-investigacao-diz-prf-1645763>. Acessados em: 23 de novembro de 2024

6. Conclusão

Como descrito pelo entrevistado Steve, a “paixão cega” que os agentes tinham por Bolsonaro e suas ideologias auxiliaram no processo de militarização do seu desempenho, passando a ser uma polícia bolsonarizada, que não somente seguia suas convicções como também seguiam as ordens impostas pelo ex-presidente. A coleta de notícias evidenciou a influência dos discursos bolsonaristas na atuação desta instituição, sendo reforçada pelas ações do diretor geral Silvinei Vasques, que no final do governo Bolsonaro tinha sido afastado e aposentado de seu cargo, devido a sua aproximação às operações no dia do segundo turno das eleições e os bloqueios das estradas após a divulgação do resultado eleitoral. Em razão do clima de desconfiança sobre a isonomia do corpo policial, a PRF também foi retirada do apoio de segurança ao presidente Lula em sua posse.

O afastamento do diretor geral foi seguido de muitas mudanças ao longo de 2023, com Lula já na presidência, iniciando com o remanejamento de compras efetuadas pela PRF de equipamentos utilizados por outras polícias, como os caveirões. Os casos de letalidade policial ainda permanecem, como o notório caso em que Heloisa dos Santos Silva (3 anos) morreu após um disparo de fuzil por agentes da PRF, três policiais foram investigados e denunciados no final de 2023²⁸.

Em relação a este caso, ainda, foram retiradas a entrada de agentes da PRF em cursos externos, como foi citada na entrevista de Jack. Os policiais relatam que apenas revidaram o tiro, que acreditaram ter sido efetuado ao localizarem um veículo roubado, solicitando sua parada. Enquanto o pai e a mãe de Heloísa testemunham que os policiais nunca solicitaram a parada do veículo, apenas dispararam três vezes contra o carro, que ambos não sabiam ter sido roubado, por ser uma compra recente da família. O discurso e atuação efetuados pelos policiais no caso do assassinato de Heloisa, se aproxima de um exercício de outras instituições policiais, justificando o afastamento dos cursos externos. O caso do assassinato de Genivaldo dos Santos também teve sua conclusão em 2024, levando à condenação dos três policiais, que participaram de sua tortura, a reclusão de 30 anos²⁹. Neste mesmo ano, também

²⁸ Para mais informações acesse:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/07/mpf-denuncia-agentes-da-prf-por-morte-da-menina-heloisa-durante-abordagem-policial.ghtml>. Acessado em: 14 de janeiro de 2025

²⁹ Para mais informações acessar:

<https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/caso-genivaldo-santos-divulgada-sentenca#:~:text=Justi%C3%A7a%20condena%20ex%2Dpoliciais%20rodovi%C3%A1rios%20pela%20morte%20de%20Genivaldo>

foram indiciados 23 agentes da PRF, após dois anos de investigação pela PF, no caso da Operação do Novo Cangaço em Varginha, em que houve 26 mortes. A conclusão da investigação foi a de que não houve resistência da ação policial, configurando como homicídio qualificado, também foram acusados de tortura e fraude processual³⁰.

Nesse sentido, a revogação da última portaria implementada em 2021, que permitia a atuação da PRF em operações conjuntas em áreas fora de estradas e rodovias, que se tornou um dos principais pilares do aumento de sua letalidade e ostensividade, ocorreu em dezembro de 2024 pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski³¹. Entre 2023 e 2024 a PRF tentou retomar sua imagem, manchada pela adesão aos discursos bolsonaristas, como mostra a suspensão da portaria 42/2021. O entrevistado Norman diz que “Mas ali, certamente se a instituição estivesse mais isenta sobre o aspecto político, nós teríamos sofrido menos.” Isso ocorreu, segundo Norman, devido a aproximação da PRF com Bolsonaro, sendo conhecida como a instituição “queridinha” do ex-presidente. Assim, foi necessário o distanciamento político no quadro de um novo governo.

Desta forma, é interessante notar que as estratégias dos atores no campo de controle do crime são muito impactadas pelas mudanças nas configurações políticas, o que indica o baixo grau de autonomia que as polícias possuem em relação aos dirigentes eleitos. A PRF mostrou-se uma polícia muito permeável à sua instrumentalização política. Contudo, isso ocorreu com mais facilidade na adesão aos valores da militarização do desempenho do que aos valores de uma segurança cidadã. É neste aspecto que as estratégias em disputa no campo da segurança pública ganham relevância: é mais fácil capitanear a adesão aos valores de uma polícia de confronto, ao descontrole do uso da força e ao apelo das ações de alta letalidade, do que produzir uma ampla adesão aos valores de uma polícia democrática.

Ainda é interessante notar que, como uma polícia de natureza civil, que não conta com os privilégios jurídicos das PM, nos casos de letalidade que ganharam repercussão, os policiais foram indiciados e processados pelos atos abusivos cometidos, o que é raro de acontecer com os militares. Isso indica que a militarização do desempenho, os processos no

[%20dos%20Santos,-Paulo%20Rodolpho%20Nascimento&text=Nas%20primeiras%20horas%20da%20manh%C3%A3.Jesus%2C%20em%20maio%20de%202022..](#) Acessado em: 15 de janeiro de 2025

³⁰ Para mais informações acessar:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/29/chacina-de-varginha-policia-federal-indicia-prfs-e-pms-em-caso-co-m-26-assassinatos>. Acessado em 15 de janeiro de 2025

³¹ Para mais informações acessar:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/18/lewandowski-revoga-portaria-do-governo-bolsonaro-que-ampliava-poder-da-prf.ghtml>. Acessado em: 15 de janeiro de 2025

campo das identidades e no estilo de atuação - que é parte importante do que chamamos de estratégia militarizada - já que a organização, as formas de controle da ação policial e a legislação é bastante distinta entre as polícias civis e as militares. O processo de militarização se dá mais no âmbito da cultura policial, na maneira como os policiais vêem a si e ao seu papel no mundo.

Esta pesquisa buscou debater as mudanças ocorridas na PRF, evidenciadas no decorrer do texto, durante o governo Bolsonaro. A retirada de radares e ampliação de portarias levou a PRF a se aproximar da estratégia militarizada de controle do crime, já que passaria a atuar de forma ostensiva, voltando seu foco à criminalização e ao narcotráfico. Estas questões são evidenciadas também pelo aumento da letalidade nesta instituição. Além disso, a pesquisa demonstra que a PRF se aproxima dos valores antidemocráticos, sendo demonstradas através das operações durante as eleições em 2022, impedindo e atrasando o direito ao voto dos eleitores de supostos opositores de Bolsonaro, evidenciando assim, uma tentativa de golpe. Mesmo com as intervenções do STF e do TSE, houve bloqueios efetuados nas rodovias e estradas por bolsonaristas após a eleição de Lula à Presidente da República, que não foram combatidos pela PRF, desenvolvendo nas vigílias de quartéis, em que parte do eleitorado de Bolsonaro suplicaram pela intervenção militar, reforçando o golpe. Esses atos antidemocráticos levaram a um ato em 8 de Janeiro, na qual houve a invasão e vandalização do Planalto, Congresso Nacional e STF³². Apenas em 2024 que o inquérito em relação a estes atos, são vinculados através de provas, relacionando as ações no segundo turno das eleições com os bloqueios e o 8 de Janeiro, como um complô golpista³³. Por conta disso, se faz necessário a observação atenta desta instituição de segurança pública, que por mais que não tenha tanta visibilidade midiática em comparação à PM, está se tornando cada vez mais militarizada, violenta, ultra conservadora e antidemocrática.

³² Para mais informações acessar:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/atos-de-8-de-janeiro-foram-face-visivel-de-movimento-golpista-diz-barroso-em-mensagem/> . Acessado em: 03 de fevereiro de 2025

³³ Para mais informações acessar:

<https://www.metropoles.com/brasil/bloqueios-em-rodovias-desafiaram-a-justica-pos-eleicoes-2022-veja>. Acessado em: 03 de fevereiro de 2025

Bibliografia

- ARBOLEYA, A. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela soperação da antinomia “objetivismo-subjetivismo”. **Sociologias Plurais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. DOI: 10.5380/sclplr.v1i1.64705. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64705>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BALDAIA, F; ARAÚJO, T; ARAÚJO, S. O bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa. In: **Encontro de estudos multidisciplinares em culturas**, 27. 2021, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2021 p.1-15. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132106.pdf>. Acessado em: 22 de julho de 2024.
- BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 4, n. 2, p. 380-413, 2008.
- BARBOSA, P. **O Bêbado e o Monstro** - Representações, Classificações e Senso de Justiça na Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) - o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, UFF, 2021.
- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Fundação Ford, 2001.
- BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. Ed USP, São Paulo 2003.
- BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e 021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. Cap 1 ao 3. p 7-73
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. (Introdução e capítulo 5).
- CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.2. ed. São Paulo, Editora 34 e Edusp, 2000. Cap 3 e 9. p.101-134, 343- 379
- CASTRO, E.; **Vocabulário Foucault**, BH: Autêntica, 2016, 2ª ed
- CELLARD, A. A análise documental. In: DESLAURIERS, J. P.; GROULX, H. L.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R; PIRES, A.; POUPART, J. **A pesquisa qualitativa**: enfoque epistemológico e metodológico. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012
- CEDRO, A. **As instituições de Segurança na Era Digital**: O uso das tecnologias de informação pelas polícias militar e civil do município de São Paulo. 2024. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - Programa de pós Graduação em Sociologia, UFSCAR, 2024.
- CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

COSTA, A. T. M. **Entre a Lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova Iorque. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2004.

COUTINHO, J. **Compreendendo a Polícia nas Estradas**: Uma análise sociológica do mandato e das práticas da Polícia Rodoviária Federal. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. 6 ed. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997. Introdução, Caps 1 e 4.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa**: ensaios de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo; Globo, 2006.

FRANÇA, F. G. de; SILVA, R. R. da. “Caserna de símbolos”: Ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar. **Antropolítica**, v. 54, n. 3, p. 485-519, dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/51257>>. Acesso em: 20 set. 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história de violência nas prisões. 20. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1987. Terceira Parte Cap 1. p 63-242.

GARLAND, D. **A Cultura do controle**. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2008.

HARCOURT, B., E. **A contrarrevolução: Como o governo entrou em guerra contra os próprios cidadãos**. São Paulo: GLAC Edições, 2021

KANT DE LIMA, R. Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: A formação policial em questão. **Revista Campo Minado - Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**; Rio de Janeiro: v. 1, n.1, 2021

KANT DE LIMA, R. Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014 p.187-197.

LIMA, R. S de ; COSTA, A. T. M. Segurança Pública. In: LIMA, RS de; COSTA, A. T. M. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, 491-502.

LUIZ, F. O conceito de estratégia em Michel Foucault: A genealogia do poder. **Outra Margem**, Belo Horizonte, v. 7, n. 10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/outramargem/article/view/15168>. Acessado em: 28 de janeiro de 2025

LUPTON, D. **Sociologia digital**: para além do digital, rumo ao sociológico. Prelúdios, Salvador, v. 8, n. 8, p. 137-145, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37834>. Acesso em: 15 set. 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.2. ed. São Paulo, N-1 edições, 2011.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**; São Paulo: IEA, vol. 21, no. 61, 2007, 139-157.

MONJARDET, D. **O que faz a Polícia**. São Paulo, EdUSP, 2003

MUNIZ, J; PROENÇA JÚNIOR, D.. Mandato policial. LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, 491-502.

MUNIZ, J; PROENÇA JR., D. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos avançados**, São Paulo , v. 21, n. 61, p. 159-172, dez. 2007 .

PEREIRA, J. **As Políticas Penais E De Segurança Pública De Fhc A Bolsonaro: Um Estudo Sobre Rupturas E Continuidades Na Nova República**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de pós Graduação em Sociologia, UFSCAR, 2021.

PINHEIRO, P. S.. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, (9), 1991 45-56.

PONCIONI, P. Identidade profissional policial. LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.) . **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, 491-502.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROGERS, R. **Doing digital methods**. Londres: Sage Publications, 30 de mar. de 2019.

SCHLITTLER, M. C.de C.. "**Matar muito, prender mal**": Desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2020.

SEGATO, R. L. «Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial», **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533> Acesso em: 15 maio. 2024.

SINHORETTO, J; DE LIMA, R. S.. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 119, 2015.

SINHORETTO, J. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça», **Anuário Antropológico** [Online], v.35 n.2 | 2010, posto online no dia 02 novembro 2015, consultado o 27 março 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/930>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.930>. Acessado em: 23 de julho de 2024.

SINHORETTO, J., CEDRO, A., & MACEDO, H. (2024). Políticas e bolsonarismo: a expressão de discursos discriminatórios em redes sociais abertas e fechadas. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a57753>. Acesso em 03 abr. 2024.

SINHORETTO, J. Militarização e o campo estatal de administração de conflitos. **Boletim do IBCCRIM**, v. 338, jan. 2021.

SINHORETTO, J; TONCHE, J. Militarization and Penal Alternatives: Antagonistic Strategies for Crime Control in Brazil (no prelo).

WACQUANT, L. "Deadly Symbiosis: When Ghetto and Prison Meet and Merge." *Punishment and Society*, v. 3, n. 1, p. 95-134, 2001